

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Flávio Silva de Medeiros

A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO: HERÓI-MÁRTIR SOLDADO LUIZ GONZAGA

Natal/RN
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Flávio Silva de Medeiros

Monografia apresentada à disciplina
pesquisa histórica II, do Curso de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte

A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO: HERÓI-MÁRTIR SOLDADO LUIZ GONZAGA

Natal/RN
2005

FLÁVIO SILVA DE MEDEIROS

A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO: HERÓI-MÁRTIR SOLDADO LUIZ GONZAGA

Monografia apresentada à disciplina pesquisa histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Conceição Fraga.

Natal/RN
2005

Agradecimentos

Aos meus pais queridos

Amauri Medeiros

Maria Guindiliano

Éle a amor, a compreensão, a paciência sem limites

Éle a força e a determinação inextinguíveis

Aos meus filhos queridos Bia, Pedro e Amauri Neto, a quem desejo tudo de bom que um pai pode desejar aos filhos, mas desejo, acima de tudo, que tenham filhos tão maravilhosos quanto os que tenho.

SUMÁRIO

Agradecimentos

INTRODUÇÃO.....	05
1- CENÁRIO POLÍTICO DAS DÉCADAS DE 1920/1930.....	08
1.1 - Década de 1920 - Nova República e o Brasil.....	08
1.2 - A Revolução de 1930.....	10
1.3 - Os militares.....	11
1.4 - Ação Integralista Brasileira.....	12
1.5 - A.....	14
<i>Ele o amor, a compreensão, a paciência sem limites</i>	
<i>Ela a força e a determinação intermináveis.</i>	
2- O CAMINHO PARA A INSURREIÇÃO DE 1935.....	18
2.1 - Antecedentes no Brasil.....	18
<i>À professora Conceição Fraga, pela indispensável orientação disciplinar.</i>	18
<i>À professora Aurinete Medeiros, pela valiosa ajuda metodológica.</i>	23
2.2 - O governo Rafael Fernandes.....	26
3- A INVENÇÃO DO HERÓI-MARTIR SOLDADO LUIZ GONZAGA.....	28
3.1 - A criação do movimento de 1935 no Natal.....	28
3.2 - A participação de Soldado Luiz Gonzaga.....	30
3.3 - A quem se atribuiu o surgimento de um herói semi-construído.....	34
3.4 - Os rituais para exaltar o exemplo do soldado Luiz Gonzaga vivo.....	36
CONCLUSÃO.....	38
FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	41
ANEXOS.....	43

INTRODUÇÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 - CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL DAS DÉCADAS DE 1920/1930.....	08
1.1 - Década de 1920 - Novas forças sociais em ação	08
1.2 - A Revolução de 1930.....	10
1.3 - Os tenentes.....	11
1.4 - Ação Integralista Brasileira.....	12
1.5 - Aliança Nacional Libertadora.....	14
2 - O CAMINHO PARA A INSURREIÇÃO DE 1935.....	18
2.1 - Antecedentes no Brasil	18
2.1.1. O cenário político nacional pós Revolução de 1930.....	18
2.1.2. 1934 - O declínio da democracia liberal.....	20
2.2 - Antecedentes no RN (Conjuntura política do RN: 1930-1935).....	22
2.2.1. O período interventorial.....	22
2.2.2. O governo Rafael Fernandes	26
3 - A INVENÇÃO DO HERÓI-MÁRTIR SOLDADO LUIZ GONZAGA.....	28
3.1 - A eclosão do movimento de 1935 em Natal.....	28
3.2 - A participação do “soldado Luiz Gonzaga”.....	30
3.3 - A quem interessaria o surgimento de um herói anti-comunista.....	34
3.4 - Os rituais para manter o exemplo do soldado Luiz Gonzaga vivo.....	36
CONCLUSÃO.....	38
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS.....	43

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade fazer uma leitura sobre a criação do herói-mártir da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o soldado Luiz Gonzaga, pois não encontrei em minhas pesquisas nada que tratasse especificamente sobre o assunto, o máximo que há são citações acerca da participação do referido soldado nos acontecimentos que se desenrolaram em Natal entre 19:00 horas do dia 23 às 05:00 horas do dia 27 de novembro de 1935. Portanto, trata-se de um estudo e de uma pesquisa que ainda não foram realizados, ou seja, estudando os objetivos e a forma de criação desse herói, bem como, as formas de sua utilização por aqueles propagandistas do anticomunismo no Brasil, que tão bem souberam utilizar-se da imagem de um soldado que morrera lutando contra militares influenciados pelos ideais vindos de Moscou, procuro entender o porquê de hoje, 2005, ainda haver nos quartéis formaturas alusivas aos heróicos atos daqueles bravos que lutaram contra os nocivos ideais vindos de Moscou (no dizer da historiografia da repressão), na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, por exemplo, a mais alta condecoração é a Medalha Soldado Luiz Gonzaga, que é entregue em formatura realizada todo ano no dia 27 de novembro, data de criação da PM-RN.

Entendemos que a importância do trabalho reside exatamente na tentativa de esclarecer um fato que se deu em um dos momentos mais importantes na história brasileira, que é justamente a possível participação de um pretense soldado da Polícia Militar do Estado nos confrontos ocorridos em Natal por ocasião do desencadeamento dos movimentos de 1935. O que pretendemos demonstrar é que o cidadão Luiz Gonzaga de Souza não era Policial Militar naquela data, portanto, não houve um soldado herói da Polícia morto em combate aos revoltos. Mesmo assim o herói foi criado, e pretendemos elucidar essa que, no nosso entendimento, é uma falsificação histórica, na intenção de esclarecer mais um capítulo da história do Brasil e do Estado do Rio Grande do Norte.

Em alinhamento ao pensamento oficial, há a literatura oficial que atribui aos levantes do Rio Grande do Norte, Recife e Rio de Janeiro os mesmos elementos motivadores, ou seja, elementos externos. Estes mesmos autores são os que defendem a idéia de que teria morrido no conflito entre os revoltos e as tropas da Polícia Militar do Rio

Grande do Norte o Soldado Luiz Gonzaga, elevando-o, assim, à condição de herói da corporação estadual. Entre eles pode-se citar Rômulo Wanderley¹ e João Medeiros Filho² contemporâneo do movimento na condição de chefe de Polícia do Rio Grande do Norte, segue essa linha de pensamento de que o movimento de 1935 no Rio Grande do Norte fora comandado de Moscou como resultado de decisões da Internacional Comunista. Tal pensamento se enquadra perfeitamente na avassaladora propaganda anticomunista implementada pelo governo logo após os movimentos de 1935.

Outra linha de pensamento, porém, é aquela seguida por Marly Viana³ e Nelson Werneck Sodré⁴ que abandonam a idéia de que o fator externo tenha tido função primordial no desencadeamento dos movimentos de 1935. A primeira, sem negar a influência das idéias da Internacional Comunista, atribui-lhes, contudo, um papel secundário, e confere a fatores internos como tradições políticas, ideais dos diversos e heterogêneos grupos que compunham a sociedade brasileira da época os fatores principais para o desencadeamento dos movimentos. O segundo também segue essa linha de abandono da idéia de que fatores externos teriam tido a supremacia entre as causas que desencadearam os movimentos de 1935. Para ele o que aconteceu no Brasil em 1935 era o reflexo da luta pelo poder das diversas e heterogêneas forças que haviam chegado ao poder em 1930. Agora, em 1935, a burguesia, o latifúndio e o imperialismo se reaproximavam para recompor uma velha aliança visando afastar aqueles que desejavam implantar no país reformas mais amplas.

Em consonância com os dois últimos autores citados, e que ainda defendem que não existiu esse soldado da Polícia morto em combate aos revoltosos de 1935 em Natal, estão Homero Costa⁵, Luiz Gonzaga Cortez⁶ e João Maria Furtado⁷, estes, atribuem a criação

1 WANDERLEY, Rômulo. **História do Batalhão de Segurança** (A Polícia Militar do Rio Grande do Norte de 1934 a 1968). Natal: Walter Pereira, 1969.

2 MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão**. (inttona comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Brasília: Senado Federal, 1980.

3. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Os revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

4 SODRÉ, Nelson Werneck. **A historia militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

5 COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia**.

6CORTEZ, Luiz Gonzaga. **A Revolta Comunista de 1935 em Natal: Relatos da Insurreição que gerou o primeiro sovieter nas Américas**.

7 FURTADO, João Maria. **Vertentes** (memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1976.

desse herói-mártir a maciça campanha anti-comunista desenvolvida pelo governo no período subsequente aos movimentos de 1935. E, para uma melhor compreensão de como se deu a invenção desse herói analisaremos Hobsbawm⁸ para que possamos compreender os processos e objetivos de se inventar uma tradição.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se situa no campo da História Política que se apropriou das seguintes fontes: prioritariamente foi analisada a razoável bibliografia existente sobre a Intentona Comunista, e, mais especificamente sobre os fatos ocorridos em Natal; além de algumas entrevistas publicadas e cartas de algumas pessoas que tiveram participação direta nos acontecimentos de novembro de 1935 e que foram publicadas no Jornal O Poti nos anos seguintes ao movimento. Também foi realizada pesquisa documental em documentos dos arquivos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Para tanto a monografia foi dividida em três capítulos da seguinte maneira: no I capítulo tratamos das novas forças surgidas no Brasil durante a década de 1920 e as evidentes influências dos acontecimentos externos para o surgimento de tais forças, também analisamos como essas novas forças influenciaram na eclosão da Revolução de 1930, bem como, foi analisado o desencadeamento dos fatos pós Revolução de 1930 e ação de forças como o Tenentismo, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). No II capítulo passamos a analisar o cenário político nacional pós Revolução de 1930, em função da resposta do Governo Vargas e seus aliados (o latifúndio, a burguesia e o imperialismo), frente a ação das forças democráticas no país, no cenário estadual analisamos o conturbado período interventorial no Estado. Finalmente, no III Capítulo, do desencadeamento do movimento em Natal e da participação do pretense soldado Luiz Gonzaga, bem como, demonstraremos os rituais realizados para manter viva a figura do soldado Luiz Gonzaga.

⁸ HOBBSAWM, Erick J, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

1 CENÁRIO POLÍTICO SOCIAL DAS DÉCADAS DE 1920/1930

1.1 Década de 1920 - Novas forças sociais em ação

Um dos fatos que marcam o cenário político internacional no início da década de 1930 foi a ascensão facista, sendo este o “remédio” encontrado pelas conservadoras elites capitalistas para livrar-se dos males representados pela consolidação do socialismo na União Soviética. Assim, a democracia liberal estava encurralada pela revolução russa e pelo seu antagonista, os movimentos fascistas. No cenário nacional, forças existentes no país já há algum tempo, mas que só devido a relativa liberdade desse período puderam se mostrar na cena política nacional, como o Partido Comunista⁹, de imediato sentiram a presença do “remédio” nacional para a “ameaça comunista”, a Ação Integralista, para onde migraram aqueles que viam o facismo como solução para as lutas políticas em andamento no Brasil.

No Brasil, a velha política que dominara desde a proclamação da república já não tinha a ressonância suficiente para continuar inalterada: o país crescia, urbanizava-se, e embora as oligarquias rurais continuassem a ser a força política e base econômica do país, novos grupos - elites urbanas, intelectuais e profissionais, trabalhadores e operários que aumentavam em número nas grandes cidades - começavam a questionar a velha política oligárquica baseada na força dos estados, na verdade de alguns estados mais poderosos economicamente, Minas e São Paulo. O antigo sistema já não dava conta da nova realidade brasileira, e na verdade a sufocava: a crise do final dos anos vinte viria a ser apenas o fim de um processo, deixando bem claro que o mundo encontrava-se em fase de intensas transformações das quais o Brasil não poderia ficar à parte.

Durante e depois da Primeira Grande Guerra o país começa a passar por um período de industrialização mais sistemática, por pressão mesmo de grupos que haviam se beneficiado do aumento de produção causado pela necessidade de substituir importações durante a guerra. Embora tal fenômeno seja de importância fundamental para compreendermos as mudanças políticas, sociais e culturais da época, não

⁹ O partido foi fundado com o nome de Partido Comunista a 25 de março de 1922. Para maiores detalhes sobre a fundação do PCB, ver PEREIRA, Astrogildo. **Construindo o PCB (1924-1924)**. São Paulo: L.E. Ciências Humanas, 1980.

devemos superestimar tal industrialização, pois o país continuou a ser exportador de produtos agrários e esta era sua base econômica.

Nos anos 20, algumas camadas urbanas¹⁰ - classes médias e trabalhadores - começam a se expressar com mais força e o sistema político dominado pelo setor agrário-exportador começa a perder legitimidade. Mesmo porque, ele já não dava conta dos anseios de uma parcela expressiva de uma oligarquia paulista que começava a se modernizar, além de deixar à margem as elites agrárias de outros estados da federação, as chamadas oligarquias dissidentes. Esta expressão das classes urbanas se daria em vários campos (surgimento de sindicalismo, vanguardas artísticas, movimentos políticos como o tenentismo), e também entre intelectuais. Nas primeiras décadas do século, a produção acadêmica e literária voltada para reflexões sobre o Brasil foi bastante intensa: Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Manoel Bomfim, Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna, para citar alguns dos mais significativos.

A crise que começa no início dos anos 20 e explode definitiva e violentamente em 1929 põe o modelo agrário-exportador em xeque e coloca em evidência o mercado interno e a economia urbana como pólo dinâmico da economia. A industrialização ocorrida desde o princípio do século e a imigração estrangeira ocorrida para impulsionar esta industrialização compuseram um operariado que começava a se organizar e dar sinais **iniciais de uma consciência proletária em formação.**

A crise que se abateu sobre o país e o mundo, a urbanização crescente, o aumento do número de trabalhadores, e o crescimento, em número e atividade, de grupos intelectuais urbanos tornariam o terreno fértil para contestações políticas e novas propostas de organização. Pela primeira vez o Brasil enfrenta a questão social, tida até então como caso de polícia, marca de sociedades capitalistas e urbanas, e tem que lidar com problemas de organização do sistema produtivo, que começava a deixar de ser exclusivamente agrário-exportador para voltar-se também para a produção interna. Todas essas transformações ocorridas no país durante os anos vinte do século passado surtirão efeitos nos acontecimentos políticos da década de 1930, entre eles, estão os movimentos de 1935.

¹⁰ Sobre as transformações em andamento na sociedade brasileira na década de 1920, ver CARONE, Edgard. *A República Nova* (1930-1937). 3ª ed., São Paulo: Difel, 1982.

1.2 A Revolução de 1930

Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, haviam deposto o governo legal do Presidente Washington Luís (1926-30), com isso impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de março. Pela primeira vez, desde a proclamação da república, em 1889, o candidato do “governo” não conseguia chegar à presidência ¹¹.

Vista da perspectiva de novembro de 1930, a revolução pode ter parecido apenas mais um capítulo na história das lutas entre as elites em lenta transformação, que dominaram a política do Brasil desde a independência, em 1822. A estrutura social e as forças políticas do Brasil não sofreram mudanças da noite para o dia. O país permanecia esmagadoramente agrícola, mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920 ¹².

Havia dois fatores, entretanto, que distinguiam os acontecimentos de 1930 de todas as lutas precedentes pelo poder, na história da República. Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários arrombaram uma porta aberta, evidenciou-se mais tarde, de vez que a República Velha desabou de repente sob o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político. A magnitude desse descontentamento com o sistema vigente e a natureza exata dos remédios propostos variavam enormemente numa coalizão de malhas frouxas contra a liderança situacionista da república velha. Alguns dentre os revolucionários almejavam pouco mais do que mudanças constitucionais no mais exato sentido jurídico. Outros estavam preparados para lutar por planos ambiciosos de modificações econômicas e sociais, abrangendo a reorganização social nacional, em larga escala. O que os irmanava era a vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o

¹¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco** (1930-1964). 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 21.

¹² Ibid., p.25.

arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta

regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento facista e uma tentativa de golpe comunista. E, 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo¹³.

1.2 Os tenentes

Dentre os grupos que participaram da Revolução de 30 um merece especial destaque, são os militares tenentistas, esses representavam o segmento das camadas médias urbanas, que estavam em processo de formação, sendo dentre elas, o mais organizado e instruído. Reflexo da posição de destaque que o Exército vinha ganhando na sociedade brasileira desde a proclamação da república e das lutas travadas durante a década de vinte do século passado. Na condição de segmento mais organizado das camadas médias, os tenentes tomaram consciência da necessidade de mudança que o momento exigia e participaram ativamente na intenção de promovê-las.

Entre os tenentes havia divergências, havia os nacionalista semi-autoritários, cujas preocupações principais eram a “regeneração nacional” e a modernização. Seus adeptos estavam querendo experimentar formas políticas não-democráticas, de molde a obter as modificações sociais e econômicas sobre as quais falavam de modo vago porém apaixonado. Os principais propositores dessa posição em 1930, eram os tenentes, que haviam ensaiado uma série de revoltas abortadas em 1922 e 1924 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Sua insatisfação com a República Velha era mais profunda do que a causada pelo fracasso desta em preencher os ideais constitucionalistas liberais delineados na Constituição de 1891. Eles esperavam uma mudança fundamental, ainda que imprecisamente articulada, na administração pública, na assistência social e no nível de consciência nacional. Além disso, temiam recorrer a eleições cedo demais depois da revolução, porque sabiam que as tradicionais máquinas políticas estaduais, sem dúvida, manipulariam quaisquer eleições em benefício próprio. Em suma, a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido a curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não-comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional. Depois da revolução, o ponto-de-vista tenentista ficou melhor representado pelo clube 3 de

¹³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*. p.26.

Outubro (o nome recordava o dia em que começou a bem-sucedida revolta de Vargas), uma organização fundada em 1931, que incluía tanto militares quanto civis da mesma opinião. Se bem que os tenentes, como grupo, começassem a perder influência depois de 1932, e virtualmente desaparecessem depois de 1934, foi a posição identificada com sua ala mais militante que Vargas abraçou depois de 1937.¹⁴

Foi assim que se deu a participação de tal grupo na Revolução de 1930, que derrubou Washington Luís, autêntico representante do modelo político e econômico que, na visão dos tenentes¹⁵, levava o Brasil ao atraso e lhe causava tantos males. Passado o momento de euforia revolucionária os tenentes viram frustradas seus ideais de moralização nacional, uma vez que o reagrupamento de forças após a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁶, levou a um progressivo afastamento dos tenentes. Portanto, diante da desilusão dos tenentes com a revolução de 1930, deu-se a união dos seus membros com os comunistas na Aliança Nacional Libertadora (ANL), fato que trouxe conseqüências importantes para o desenrolar dos movimentos de novembro de 1935.

1.3 Ação Integralista Brasileira (AIB)

No novo contexto político e social brasileiro da década de 1930, surgiram dois novos grupos contrários em sua gênese que, de certa forma, mostravam as tendências dos novos tempos: a Aliança Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A primeira era liderada por Plínio Salgado e tinha características fascistas, além de contar com a simpatia do presidente Vargas, cuja simpatia pelo nazi-fascismo era notória, e cujos simpatizantes apoiavam o movimento integralista. A ANL, apesar de não ser reconhecidamente, um partido comunista, possuía essas tendências e recebia apoio de comunistas como Luís Carlos Prestes (seu presidente honorário). O sucesso da revolução de 1930, com a posse de Getúlio Dorneles Vargas, coincidiu com a busca mundial por regimes políticos radicais, de esquerda e de direita, retirando o espaço para o desenvolvimento de doutrinas liberais, tal postura é dividida a desilusão causada pela 1ª guerra.

14 SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco**. p.28

15 Sobre a participação tenentista na Revolução de 1930, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia Militar do Brasil**. p. 237-250

16 Ibid., p. 252.

Seguindo essa tendência, dentro do "tenentismo" e fora dele, surgiram "Legiões" inspiradas nos agrupamentos paramilitares europeus, como os "camisas negras" do fascismo italiano ou os "camisas pardas" do nazismo alemão. Em tudo, as legiões eram semelhantes: nos uniformes (mudando apenas a cor), nos símbolos, nos slogans e até na saudação com o braço erguido. No Brasil, a maioria teve curta duração, mas uma delas, a Ação Integralista Brasileira (AIB), conseguiu estabelecer bases sólidas e duradouras, aliando sentimentos comuns à população brasileira, quais sejam, a religião, a nacionalidade e a estrutura familiar.

A Ação Integralista Brasileira, com tendências fascistas, foi idealizada pelo escritor Plínio Salgado e teve sua fundação em 7 de outubro de 1932 no Teatro Municipal de São Paulo. Usava camisas verdes, tinha como símbolo o sigma e, como lema, "Deus Pátria e Família". Entusiastas de um Estado militarizado, forte, com sujeição do cidadão ao chefe de governo e às instituições, os integralistas eram anti-semitas e anticomunistas. Dela participavam os elementos mais reacionários da classe média, sobretudo estudantes universitários, juntamente com militares.

Deve-se bastante ao integralismo a grotesca campanha anticomunista que ganhou corpo a partir de 1934, ampliado e encampado pelo governo ¹⁷.

O integralismo pregava um "Estado Integral" sem explicar exatamente o que vinha a ser isso. Basicamente pregava um regime forte, substituindo a representação popular por corporações sindicais, estudantis e militares. Tinha um caráter profundamente nacionalista, defendendo fortemente a estatização das riquezas nacionais e, nos demais casos, assumindo a defesa intransigente da propriedade privada.

Era elitizante e limitativo, pregando a idéia que o governo deveria ser entregue às "elites esclarecidas", vale dizer aos que comungavam com suas opiniões. A AIB teve rápido crescimento, com aproximadamente 300.000 membros espalhados pelo país, em 4000 células. Participavam do movimento principalmente intelectuais, professores,

17 VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*, p. 108

profissionais liberais, altos e médios funcionários, estudantes, militares, pequenos comerciantes.

1.4. Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Como reação ao integralismo foi formada em janeiro de 1935 uma frente ampla de esquerda, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Do novo movimento participavam comunistas, socialistas, uma facção do tenentismo, líderes trabalhistas e sindicais e muitos elementos da classe média que, embora não socialistas, eram contrários ao facismo e consideravam-se de esquerda. O programa da ANL em alguns pontos fundamentais: formação de um governo popular; garantia das mais amplas liberdades; proteção aos pequenos e médios proprietários; nacionalização das empresas estrangeiras; cancelamento unilateral da dívida brasileira.

Foi nesse ambiente político que as forças antifascistas começaram a se organizar. O movimento de oposição, bastante heterogêneo, tinha como grande fator de unidade o sentimento antifascista. A partir dessa unidade básica, que se expressava contra o integralismo, dentro do país, e contra guerra, no plano internacional, tornou-se possível estabelecer um programa de luta, que acabaria por levar à organização da Aliança Nacional Libertadora¹⁸.

Apesar de vários grupos terem participado da formação da frente, foram os tenentes dissidentes da Revolução de 1930 os que tiveram maior destaque na organização da ANL, o que deu à organização uma projeção política e uma articulação nacional derivadas de suas experiências de luta. Ao pequeno grupo remanescente de 1922, 1924 e 1930, que continuava levantando a bandeira do ideal revolucionário, iriam juntar-se novos tenentes, de uma geração que se formara na admiração por Luiz Carlos Prestes e seus camaradas. Esse contingente militar que não estava ligado ao Partido Comunista e que pouco ou nada ouvira falar dele na época articulou-se depois ao Partido, dentro da ANL, através da figura

18 VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*. p. 108

de Prestes, que, apesar de já pertencer ao PC, era visto muito mais como um líder tenentista, do que como militante comunista¹⁹.

Durante a convenção que estabeleceu oficialmente a ANL, o presidente escolhido foi um oficial da Marinha, o comandante Herculino Cascarro, enquanto, sob grande aclamação, um estudante então desconhecido, Carlos Lacerda, propunha o nome de Luiz Carlos Prestes para presidente de honra. Ao contrário do que muitos pensam, não tinha a participação física de Luís Carlos Prestes que, nesse momento, se encontrava em Barcelona (Espanha) sob o nome falso de Antônio Vilar, em companhia de Maria Bergner Vilar, que outra não era senão sua mulher, Olga Benário.

O crescimento da ANL foi avassalador: em apenas três meses arregimentou aproximadamente 400.000 membros, espalhados em 1.600 núcleos. Entre eles, nomes de projeção: os capitães Agildo Barata e Trifino Correia (sub comandante da Coluna Prestes), major Costa Leite, comandante Roberto Sisson, o advogado Francisco Mangabeira, o jornalista Rubem Braga, o general Miguel Costa, o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, o coronel João Cabanas, o governador do Pará, Magalhães Barata.

Diante do rápido crescimento da ANL, as classes conservadoras da sociedade brasileira, fortemente representadas na Câmara dos Deputados, apavoraram-se, já que nunca antes tinham visto no Brasil uma organização com aquele grau de participação de elementos de diversos segmentos sociais, notadamente de alguns militares tenentistas, unidos em torno dos “perigosos ideais vindos de Moscou”, o que poderia significar uma séria ameaça a cômoda situação secularmente instituída no país, pois, embora a frente ampla não fosse comunista, estes agiram rapidamente no sentido de se destacar entre as demais correntes, dominando a agremiação, aproveitando-se do idealismo dos outros participantes.

Aproveitando-se dessa situação, Vargas conseguiu que a câmara aprovasse, em abril de 1935, uma lei de segurança Nacional. Como habitualmente ocorre com leis desse tipo, esta era vaga o suficiente para que qualquer pessoa ou atitude pudesse ser enquadrada

19 VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários* de 35. p.110.

em um de seus numerosos artigos. A elite podia ficar sossegada; de agora em diante os elementos suspeitos, os adeptos de ideologias “exóticas” poderiam ser facilmente presos e condenados.

Portanto tem-se uma situação em que o Estado surgido com a revolução de 1930 não mais representava diretamente os interesses de um determinado grupo social. Podia, dessa forma, ligar-se a vários setores da sociedade, sem subordinar-se exclusivamente a nenhum deles. Sendo o seguinte o perfil do país após a revolução de 1930: novos grupos sociais, até então marginalizados, tentavam agora participar da política: operários, elementos da classe média, profissionais liberais, militares; pressão política realizada por esses grupos prejudicava as oligarquias, porque as impedia de resolverem entre si os principais problemas do “país”, isto é, os problemas delas; os cafeicultores, cada vez mais dependentes do governo, que comprava os excedentes de café, desejavam o fortalecimento do Executivo, para que este tivesse melhores condições de auxiliá-los; os industriais, em rápida ascensão, precisavam do apoio do Estado para continuar crescendo, por isso, viam com bons olhos o fortalecimento do governo.

Assim, a situação favorecia amplamente o fortalecimento do Estado, não só porque este tinha grande liberdade de manobrar os vários setores da sociedade, mas também porque a elite era favorável a esse fortalecimento, quer por motivos econômicos, apoio ao café e a indústria, quer por razões políticas, receio da ação do operariado e da classe média. Vargas, percebendo essa situação, agiu habilmente, procurando manter seu poder pessoal e, portanto, o do governo e do próprio Estado. A própria radicalização dos setores operários e da classe média, tanto os grupos de direita como os esquerdistas, acabou auxiliando Vargas em sua política.

Portanto, é nesse cenário político e social que foram geradas as causas dos movimentos de novembro de 1935, não pretendo dizer com isso que fatores externos não tenham tido nenhuma influência no desenrolar dos acontecimentos, notadamente quanto a formação ideológica daqueles que participaram do planejamento e execução dos movimentos, mas que, entendemos o fator nacional como preponderante no desenrolar dos

fatos, bem como as especificidades do movimento no Rio grande do Norte, como pretendo mostrar no capítulo seguinte.

2.1.1 - O cenário político nacional pós Revolução de 1930

Para o caso da Revolução de 1930 deu-se um agrupamento de forças heterogêneas, contudo, logo após ter sido verificado o êxito revolucionário, verificou-se a extraordinária dificuldade em manter a frente ampla que uniu-se para derrubar a situação vigente. Como foi dito no capítulo anterior a sociedade brasileira havia sofrido transformações importantes no decorrer que precedeu a revolução de 1930, e um dos grupos surgidos no contexto dessas transformações, a pequena-burguesia, estava ansiosa por realizar grandes modificações internas e profundas transformações sociais, exatamente o oposto do outro grupo que havia participado do movimento de outubro, os situacionistas regionais mineiro e gaúcho, os quais haviam sobrevivido ao triunfo revolucionário.

Diante dessa situação de disputa pelo poder, o grupo tenentista se posicionará de forma favorável aos interesses da pequena-burguesia contra as intenções de domínio dos senhores de terras e dos proprietários de fábricas. Assim, o tenentismo apoiará um projeto de reforma social que significará, na prática, o fim das oligarquias partidárias, com isso, pretende assegurar as posições já conquistadas pela pequena-burguesia. "A ameaça aos interesses do latifúndio e ainda, de certa forma, aos da burguesia, entretanto, era demasiado clara para que passasse despercebida".²⁸

Portanto, desde cedo surgiu a precepção das elites brasileiras com o predomínio das forças, mais ainda quando foram entregues a tenentes revolucionários a administração de alguns Estados. Assim, segundo Werneck²⁹, pouco a pouco a organização civil e político iria se identificando com os elementos verbais, para dar origem a uma nova situação. Na prática, porém, as boas intenções ou a ingenuidade da liderança revolucionária iriam ser desperdiçadas em favor de acordos convenientemente, de acordo com o padrão das decisões, e a Revolução buscava finalmente encontrar o seu lado decisivo, a sua característica.

²⁸ Werneck, Op. Cit., p. 100.

²⁹ Werneck, Op. Cit., p. 100.

2 O CAMINHO PARA A INSURREIÇÃO DE 1935

2.1 Antecedentes no Brasil

2.1.1 O cenário político nacional pós Revolução de 1930

Para o êxito da Revolução de 1930 deu-se um agrupamento de forças heterogêneas, contudo, logo após ter sido verificado o êxito revolucionário, verificou-se a extraordinária dificuldade em manter a frente ampla que uniu-se para derrubar a situação vigente. Como foi dito no capítulo anterior a sociedade brasileira havia sofrido transformações importantes no decênio que antecedeu a revolução de 1930, e um dos grupos surgidos no contexto dessas transformações, a pequena-burguesia, estava ansiosa por realizar grandes modificações internas e profundas transformações sociais, exatamente o oposto do outro grupo que havia participado do movimento de outubro, os situacionistas regionais mineiro e gaúcho e os velhos partidos sobreviventes ao triunfo revolucionário.

Diante dessa situação de disputa pelo poder, o grupo tenentista se posicionará de forma a representar os interesses da pequena-burguesia contra as intenções de domínio dos senhores de latifúndio e dos proprietários de fábricas. Assim, o tenentismo apoiará um projeto de reforma política que significará, na prática, o fim das oligarquias partidárias, com isso, pretende reforçar as posições já conquistadas pela pequena-burguesia. “A ameaça aos interesses do latifúndio e ainda, de certa forma, aos da burguesia, entretanto, era demasiado clara para que passasse despercebida”.²⁰

Portanto, desde cedo surgiu a preocupação das elites brasileiras com o posicionamento dos tenentes, mais ainda quando foram entregues a tenentes revolucionários a interventoria de alguns Estados. Assim, segundo Werneck²¹, pouco a pouco, o componente civil e político iria se recompondo com os elementos vencidos, para alijar os reformadores mais afoitos. Neutralizando-lhes as boas intenções ou a ingenuidade: os tenentes interventores iriam ser despedidos um a um, ou trocados convenientemente, de forma a uniformizar o padrão das decisões, e a Revolução buscava afanosamente encontrar o seu leito definitivo, a sua característica.

20 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, p.243.

21 *Ibid.*, p.248.

Imediatamente após o triunfo revolucionário a disputa entre as diversas correntes de opiniões era intensa, uma vez que, para Werneck, “no espaço de tempo em o Governo provisório exerceu a sua atividade, o aparelho de Estado não estava ainda preparado para canalizar e institucionalizar tais divergências, adequadamente aos interesses da burguesia”²². Sendo essa então a origem da “relativa liberdade de manifestação e o desencontro natural das opiniões e das tendências, refletindo, com clareza relativa, as contradições dominantes”²³.

As Forças Armadas, evidentemente, não passaram ilesas a esse momento de agitação política, já que muitos militares tomaram parte, e em posição de destaque na revolução, e no desenrolar dos fatos subseqüentes. Portanto,

Encarar a participação desses elementos nos acontecimentos políticos como apenas ligada ao problema formal da disciplina, no caso, era relegar a nível incabível de formalismo problema de complexidade muito grande. O apelo, já antigo e sempre repetido, de retorno dos militares às atividades específicas, de proibição de sua participação na política, de julgamento de atritos e de choques entre militares por questões políticas e opinativas segundo os regulamentos militares, traduzia o esforço das velhas correntes e das velhas forças em alijar o componente mais extremado, conduzindo a recomposição da estrutura política segundo os interesses da burguesia e na medida de sua recomposição com o latifúndio e de sua conciliação com o imperialismo, sempre inquieto ante aos pronunciamentos militares latino-americanos e preparado para conduzi-los por caminhos que não lhe perturbassem as ações.²⁴

Segundo Viana²⁵ a classe dominante paulista, o grupo mais prejudicado na correlação de forças, pós outubro de 1930, dirigia o movimento de oposição a Vargas, agrupando-se em torno da bandeira da reconstitucionalização que reunia os setores descontentes com os rumos que Vargas e sua equipe imprimiam ao processo político, principalmente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. “Vencidos pelas armas, os constitucionalistas de 1932 consideraram uma vitória política a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que o governo provisório não teve forças para evitar, e se incorporaram ao debate constituinte, esperando reaver, com a nova carta, a hegemonia perdida em 1930.”²⁶

22 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, p.248.

23 Ibid.

24 Ibid.,p.252.

25 VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*p.100.

26 Ibid.

A instabilidade política em que estavam envoltas algumas camadas da sociedade em razão dos rumos tomados pela revolução, e que até aquele instante não tomavam parte em questões políticas ou estavam desprovidas de condições para participar das lutas que em torno delas se levantavam, tornou-se uma realidade, pois diversos setores da sociedade passaram a participar do processo político.

Entre eles, o proletariado, que ingressava agora, e de forma ativa e relativamente organizada, nas lutas que se sucediam, assustando profundamente a burguesia e ainda mais o latifúndio e o imperialismo. Uma grande curiosidade começava a difundir-se em torno dos problemas mais variados, encontrando possibilidades de satisfação e de esclarecimento no clima de relativa liberdade que ainda existia. Sinais evidentes dessa curiosidade, da presença de forças populares nas manifestações, de interesse pela solução de velhos problemas, reponiam a cada momento.²⁷

2.12 - 1934 – declínio da democracia liberal

“O ano de 1934, em que se reuniu a constituinte, e em que Getúlio Vargas, por escolha indireta, foi investido da condição de Presidente da República, marcou a ascensão do movimento popular e democrático, definindo-se em grandes greves.”²⁸

Diante desse clima de relativa liberdade, forças como o Partido Comunista, que apesar de não serem novas, mas se apresentavam com uma nova roupagem, logo sentiram a reação das elites brasileiras. Assim, “ainda em 1934, o aparecimento agressivo do integralismo na cena política dividiu e radicalizou as camadas médias urbanas, acrescentando ao intenso movimento grevista as lutas de rua contra os facistas nacionais.”²⁹

Dessa forma, o “remédio” que já estava sendo utilizado na Europa, em resposta a consolidação do socialismo na União Soviética, também foi adotado no Brasil, ou seja, os movimentos inspirados no nazi-fascismo europeu, aqui representados pela Ação Integralista, seria o único que poderia conter o avanço das conquistas democráticas.

27 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, p.253.

28 *Ibid.*, p.254.

29 VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários* de 35, p.106.

Chegando ao ponto que, de acordo com Carone³⁰, nos fins de 1934 parte da oficialidade do Exército, através de processo próprio, defende a idéia de limitação das liberdades constitucionais, a pretexto de perturbação da ordem, da necessidade de disciplina etc. É assim que oligarquias e Exército se unem em frente comum, na tentativa de obstar as conquistas legais da Carta de julho de 1933. Sendo o verdadeiro intuito de tais medidas cercear preventivamente a ação do operariado e das classes médias.

“O pretexto para Lei de Segurança Nacional é a constante instabilidade da sociedade.”³¹. O que existe, na verdade, segundo Carone³² é tentativa de camuflar uma reação, pois tenta-se enquadrar como “insubordinação” toda luta contra leis de arrocho do governo, que restringem as liberdades conquistadas em todos esses anos.

O que torna-se claro portanto, de acordo com Carone³³ é que a instabilidade é fruto das condições do país, da alta do custo de vida e da inflação, das reivindicações das classes operárias e médias e de todo movimento ligado à vida política do país, em que se enquadram as lutas das oligarquias até a nascente Aliança Nacional Libertadora. E é contra as justas manifestações de inquietude da época que as novas classes dirigentes se manifestam, tentando impor a Lei de Segurança Nacional.

O pretexto para promulgação da lei é o extremismo, cujo representante maior na visão do governo é o movimento operário, no entanto, nada se fala dos integralistas. Tal postura do Governo em relação ao movimento operário produzirá reação, tornando a situação mais agitada, dando com isso, mais argumentos a Vargas em favor da diminuição das liberdades.

30 CARONE, Edgard. *A República Nova*, p.330.

31 *Ibid.*, p.330.

32 *Ibid.*, p.331.

33 *Ibid.*

Mesmo antes que a Aliança Nacional Libertadora fosse inteiramente organizada, em 1935, o Congresso, cada vez mais conservador, começou a debater a ameaça dos “subversivos”. “A 30 de março, a maioria, liderada por Raul Fernandes, fez passar uma Lei de Segurança Nacional, dando ao governo federal poderes especiais para reprimir atividades políticas “subversivas”.³⁴

É contra o clima de perseguição e reação que os aliancistas preparam movimento revolucionário, depois de verem obstados todas as tentativas de volta à legalidade. Com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, pelo decreto de 11 de julho de 1935, pouco a pouco os elementos de tendência liberal e os moderados vão se afastando da agremiação, subsistindo os mais radicais. Os comunistas, mais preparados pela luta clandestina, acabam dominando toda a organização e a ala golpista, marcada pela tradição tenentista, torna-se preponderante.³⁵

Portanto, é através desse conjunto de medidas antidemocráticas, como o fechamento da ANL e a repressão a todos os movimentos de caráter popular e democrático, com a concordância do Legislativo e apoiado em maciça propaganda, que se pode entender o surgimento dos fatores que levariam a eclosão do movimento de 23 de novembro de 1935 em Natal.

2.2 Antecedentes no RN (Conjuntura política do RN: 1930-1935)

2.2.1. O período interventorial

No período compreendido entre os acontecimentos de outubro de 1930 e o ano de 1935, o Rio Grande do Norte teve cinco interventores, sendo quatro militares e um civil. Principalmente entre os anos de 1930 e 1933 fica bem caracterizado o cenário de instabilidade política local em razão da grande rotatividade de interventores, a maior em termos nacionais, em gestões curtas e bastante atribuladas.

³⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*, p.42.

³⁵ CARONE, Edgard. *A República Nova*, p. 337.

Essa instabilidade política, evidenciada pela dificuldade da consolidação de novas forças políticas em nível local, deve-se ao fato de que, mesmo retiradas do poder pela fase cirúrgica da revolução de 1930, as velhas oligarquias ainda mantinham no Rio Grande do Norte importantes parcelas do poder, justamente o que dificultava a ação dos interventores, por essa razão, “Vargas para se manter no poder, vai novamente se aproximar das oligarquias a quem, por força das armas, havia derrotado em 1930.”³⁶

Diante disso, é importante ressaltar que o período compreendido entre 1930 e 1933, foi realmente uma época em que o Rio Grande do Norte apresenta características específicas com relação ao resto do país, sob o então comando do governo provisório.

“No dia 5 de outubro de 1930, o 29º Batalhão de Caçadores, unidade do exército sediada em Natal, marcha sobre a capital e depõe, sem resistências, o governador”.³⁷ Assim, em outubro de 1930 o civil e paraibano Irineo Joffily é indicado para exercer interinamente o cargo de presidente provisório do estado. Durante sua administração, segundo Spinelli³⁸, concentrou suas ações na apuração dos atos administrativos anteriores, principalmente do ex-governador Juvenal Lamartine; na redução dos gastos, com a diminuição dos salários e a demissão de servidores; e deu ênfase à cobrança de impostos. Com tais medidas, extremamente impopulares, Joffily atraiu a oposição da população, das oligarquias, 29º Batalhão de Caçadores (BC), o que tornou insustentável a sua permanência no cargo, como afirma Spinelli³⁹.

A primeira interventoria tenentista, e segunda do Estado, é a de Aluísio Moura, militar do exército, cuja gestão vai de 28 de janeiro de a março de 1931. Tendo sido destacado por Juarez Távora para auxiliar o novo interventor os tenentes Ernesto Geisel para a Secretaria Geral do Estado e Paulo Cordeiro para a Chefatura e Comando da Polícia Militar.

36 COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*. p.31.

37 Ibid., p.32.

38 SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar:1930/35*. Natal: EDUFRN. 1996, pp. 30-31

39 Ibid., p. 38.

De acordo com Furtado ⁴⁰ em todos os postos principais do Estado estavam colocados elementos cafeístas que haviam sido nomeados na interventoria anterior, tendo sido todos esses, a princípio, mantidos nos seus cargos .

Contudo, a gestão de Moura que tendia para o equilíbrio de forças logo revelou sua inclinação pela ala tradicional do Estado cada vez mais próxima das velhas oligarquias, prova dessa aproximação foi a prisão de Café Filho. Após essa prisão, o interventor rompeu com os aliados de Café Filho, passou a persegui-los e aproximou-se, ainda mais, das oligarquias tiradas do poder pela revolução.

Apesar do uso da máquina administrativa pelo interventor, demitindo, transferindo e coagindo funcionários a apoiar a sua permanência, a campanha pela sua saída ganhou força na imprensa, junto a população e, segundo Spinelli⁴¹, no próprio governo, pois Aluísio Moura foi acusado de afastar-se dos objetivos revolucionários, aliando-se às oligarquias tradicionais.

Com o objetivo de resolver os problemas surgidos durante a interventoria de Aluísio Moura, Vargas nomeou para interventor do Rio Grande do Norte, o capitão da Marinha do Brasil Herculino Cascarro que manteve-se a frente da interventoria de 11 de julho de 1931 a 2 de julho de 1932 . Destacando-se no cumprimento do programa revolucionário, foi, entre os que passaram pela administração do Estado, o que mais se aproximou dos ideais revolucionários, conseguindo na sua rápida trajetória interventorial, se não implantar, ao menos esboçar as linhas mestras do que pretendia a Revolução de 1930.

Tal posicionamento de Cascarro, segundo Spinelli ⁴², acirrou o conflito entre as facções tenentistas e as oligarquias dissidentes e teve como consequência a aproximação dessas oligarquias com as oligarquias tradicionais, alijadas do poder em 1930.

40 FURTADO, João Maria. **Vertentes** (memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1976, p. 79.

41 SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar**:1930/35. p. 54.

42 Ibid., p. 56.

“Inconformado com a orientação do Governo Federal em determinados setores, demitindo ou relegando a 2º plano, autênticos tenentistas “⁴³, em 29 de janeiro de 1932, envia a sua renúncia a Vargas. Como Vargas não aceitou a renúncia, reassumiu a interventoria em fevereiro e renunciou definitivamente em julho ⁴⁴, que por ter conhecimento do desenrolar dos acontecimentos desde 1930, nomeou Café Filho Chefe de Polícia, posicionando-se, com isso, contra os decaídos de 1930.

Sua administração teve início em 11 de julho de 1932 e foi marcada pela destruição do equilíbrio entre interventor e políticos conquistado por Cascarro, ao aproximar-se de Café Filho, a quem nomeou chefe de polícia, colocando-se, assim, contra as oligarquias tradicionais. Fato que distanciou ainda mais o interventor das oligarquias tradicionais, foi a criação da Guarda Civil, comandada por Café Filho. “Essa Guarda Civil viria a ser o apoio armado dos novos interventores eis que a Polícia Militar continha em suas fileiras um grande número de oficiais políticos e reacionários, visceralmente ligados à política dos governadores anteriores a 1930.”⁴⁵

Durante essa interventoria ocorre o movimento constitucionalista em São Paulo, onde dois contingentes diferentes originários do Rio Grande do Norte tomaram parte no conflito. Por parte da política tradicional que chegavam até a enviar seus capangas para lutar ao lado dos paulistas contra o governo provisório, e por parte do interventor que enviou tropas norte-rio-grandenses ⁴⁶ em favor do governo central.

Por ocasião das eleições para a Assembléia Constituinte, em 1933, desenvolveu-se num clima de agitação. Com a vitória da oposição ficou provada a força eleitoral das oligarquias.

43 FURTADO, João Maria. *Vertentes*, p. 89.

44 *Ibid.*, p. 89.

45 *Ibid.*

46 Sobre o envio de tropas da PM/RN para combater na revolução constitucionalista de São Paulo ver WANDERLEY, Rômulo.

História do Batalhão de Segurança, pp. 87-89.

Chamado pelo Governo Central, Bertino Dutra passou o cargo ao secretário Geral, o tenente Sérgio Marinho e viajou ao Rio de Janeiro, de onde não mais voltou. “O tenente Sérgio Bezerra de Marinho exerceu a interventoria interina ou substituta de fins de maio de 1933 até início de agosto.”⁴⁷

Com a posse em 2 de agosto de 1932, do novo interventor, Mário Leopoldo da Câmara, chega ao fim as nomeações de interventores militares e tenentistas. Sua gestão vai ser marcada por uma crise envolvendo o interventor e as oligarquias derrotadas em 1930. O interventor fundou o Partido Social Democrata (PSD), que unindo-se ao Partido Social Nacionalista (PSN) de Café Filho, forma a Aliança Social, que indica para as eleições de 1934, o próprio interventor. O Partido Popular, reduto das velhas oligarquias agrárias, lança Rafael Fernandes Gurjão. A campanha de 1934 no Rio Grande do Norte foi uma das mais violentas e demoradas do país, as violências e arbitrariedades ocorridas durante a eleição levaram o Tribunal Superior Eleitoral a marcar eleições suplementares nas cidades onde esses eventos se verificaram. A divulgação dos resultados foi objeto de inúmeros recursos, que arrastaram o resultado final para outubro de 1935. Em 16 de outubro, finalmente, o Partido Popular foi declarado vencedor, com 14 deputados estaduais contra 11 da Aliança Social. No dia 27 de outubro, Mário Câmara entregou o cargo ao capitão Liberato Barroso, comandante da 21ª BC, e em 29 de outubro Rafael Fernandes foi eleito governador, por eleição indireta.

2.2.2 O governo Rafael Fernandes

A posse de Rafael Fernandes marca a volta das antigas oligarquias do estado ao poder, provando-se, assim, que no período compreendido entre outubro de 1930 até então, não havia sido eliminada a força política das velhas oligarquias. Ao assumir o governo, Rafael Fernandes vai encontrar uma situação política extremamente agitada, em consequência do desgaste causado pelo processo eleitoral anterior, para agravar a situação algumas medidas adotadas por ele, como a extinção da Guarda Civil e as perseguições aos “camaristas” tornou mais tenso ainda o ambiente no novo governo, tal agitação, trará consequências importantes para o desenrolar do levante de 1935.

⁴⁷ FURTADO, João Maria. *Vertentes*, p. 95.

Além da questão eleitoral a outro fato que veio a contribuir para o acirramento dos ânimos foi a extinção da Guarda Civil , que foi um dos primeiros atos do Governador Rafael Fernandes, através do Decreto nº 19 de novembro de 1935 , onde “ foram postos à rua cerca de 300 mantenedores da ordem que passaram a sofrer fome com suas famílias”⁴⁸. Portanto, tudo que assumiu, o Governador fez surgir um problema social que não existia, justamente por isso, quando do levante do 21º BC alguns daqueles que haviam perdido seus empregos, tomaram parte no movimento pensando ser aquela uma forma de derrubar o Governador que os havia tirado o emprego.

Assim é que, segundo Furtado, “o levante de 1935 encontrou na situação do Estado um clima sumamente propício para sua eclosão.”⁴⁹

48 FURTADO, João Maria. *Vertentes*, p. 121.

49 *Ibid.*, p. 122.

3 A INVENÇÃO DO HERÓI-MÁRTIR SOLDADO LUIZ GONZAGA

3.1 A eclosão do movimento de 1935 em Natal

A situação política do Estado quando da posse de Rafael Fernandes era tensa, a exemplo do que ocorria nos centros mais desenvolvidos do país, sendo o Rio Grande do Norte o Estado onde a passagem de poder do Interventor para o Governador eleito ocorreu em clima de maior intranqüilidade. Evidentemente que o caso específico do Rio Grande do Norte tinha suas peculiaridades⁵⁰, caracterizado pelo clima turbulento que se estendeu de 1930 a 1933, e que não se acalmou durante a interventoria de Mário Câmara, pelo contrário, tendo se agravado durante a campanha para governo do Estado, com os dois lados envolvidos na disputa eleitoral praticando agressões mútuas.

Especificamente com relação ao do 21º Batalhão de Caçadores (BC), diz Costa que “embora inserido no quadro mais geral das insatisfações nos quartéis do exército”⁵¹, tinha suas peculiaridades, como as péssimas instalações, o que só fazia aumentar a inquietação das praças, e favorecia a proliferação de idéias comunistas. Portanto, assim é que na noite de 23 de novembro de 1935 eclode em Natal o levante do 21º BC, onde havia uma célula comunista encabeçada por cabos e sargentos, e que, em pouco tempo domina toda cidade, tendo como exceção o quartel da Polícia Militar que só cai em poder dos revoltosos na tarde do dia seguinte.

Ainda segundo Homero Costa⁵², as razões para eclosão e a vitória da insurreição devem ser buscadas na conjunção de alguns fatores, tais como a situação política do Estado naquele momento, com agravamento das contradições no interior do bloco do poder, que se expressou, no plano político, na atmosfera anormalmente tensa na véspera da insurreição, a ascensão do movimento operário e popular⁵³ e finalmente a situação específica do 21º (BC). Portanto, é nesse clima de agitação política que explode o movimento de 1935 no Rio Grande do Norte., que, segundo Homero Costa⁵⁴, em que pese a articulação do Partido Comunista para levantes militares em nível nacional, teve muito mais a ver com a situação local.

50 acerca dos partidos envolvidos na campanha ver COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*, p.42.

51 *Ibid.*, p. 137.

52 *Ibid.*

53 sobre o movimento operário no RN ver : *Ibid.*, p.55.

54 *Ibid.*, p. 137.

Passado um pouco das 19:00h do dia 23 de novembro de 1935, o quartel do 21º BC é tomado sem nenhuma resistência, tendo como líderes o sargento músico Quintino Clementino de Barros, o cabo Giocondo Alves Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima, que, bem armados, renderam o oficial de dia, com Giocondo apontando um fuzil, dizendo-lhe: “ Os senhores estão presos em nome do capitão Luís Carlos Prestes.”⁵⁵ Os oficiais são recolhidos de imediato à prisão do quartel.

Com a entrada no quartel dos militares que se encontravam nas proximidades e retornaram após os seguidos toques de recolher que foram dados por ordem de Giocondo são organizadas patrulhas que saem do 21º para conquistar pontos estratégicos da cidade.⁵⁶ “Rapidamente são ocupados o palácio do governo, a residência do governador, a central de usina elétrica, a estação ferroviária, a central telefônica e telegráfica e o aeroporto da cidade (...).”⁵⁷

As maiores autoridades do Estado, inclusive o Governador, estavam no Teatro Carlos Gomes assistindo a uma solenidade de formatura de alunos do colégio Santo Antônio no momento em que eclode o movimento, diante dos tiros que não cessavam, as pessoas saem do Teatro de forma desordenada. O Governador, após passar a noite na casa de um amigo, recebe na manhã seguinte asilo na casa do Cônsul honorário da Itália, Guilherme Letiere, onde permanece até o fim do movimento.

Com a prisão do chefe de polícia João Medeiros Filho, que se dirigiu ao 21º BC para saber o que estava acontecendo, tendo sido preso imediatamente, e após tomarem ciência da tomada do 21º, o comandante da Polícia Militar, major Luís Júlio e o comandante do 21º BC, tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares, juntamente com outros oficiais se deslocaram para o quartel da Polícia Militar, que já se encontrava sob fogo dos revoltos, com a chegada dos oficiais a resistência passa a ocorrer de forma mais organizada. No entanto, o major Luís Júlio e o tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares foram presos na tarde do dia seguinte quando abandonam o quartel da Polícia Militar após acabar a munição existente e tentavam chegar a Escola de Aprendizes de Marinheiro.

55 COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*, p. 86

56 sobre o desencadeamento do movimento ver Ibid., pp.84-106.

57 Ibid., p.87

3.2 A participação do “Soldado Luiz Gonzaga”

Iniciado por volta das 20:00h do sábado o cerco ao quartel da Polícia Militar, onde hoje funciona a Casa do Estudante, localizada na Rua da Misericórdia, antiga Rua da Salgadeira, só iria terminar dezenove horas depois, às 14:00h do domingo quando acabou a munição e os ocupantes do quartel resolveram abandoná-lo, sem, contudo, render-se.

Além do quartel da Polícia Militar, dois outros redutos ofereceram resistência aos revoltosos, no Esquadrão de Cavalaria, o capitão Severino Raul Gadelha à frente de oito soldados e dois civis, Rogério Silva e Orlando Gadelha⁵⁸, conseguem resistir até às 11:00h do dia seguinte, quando, esgotados as munições rendem-se. Também na Cadeia Pública, onde hoje se localiza o Centro de Turismo, o sargento José Braz e seus comandados resistiram e caíram frente a superioridade numérica e bélica dos revoltosos.

Durante o ataque ao quartel da Polícia Militar foram feridos os sargentos Celso Anselmo Pinheiro e Celso Dantas de Neto, o cabo Severino Mendes e os soldados Antônio Jósimo e Antônio Gervásio de Medeiros⁵⁹, e teria sido morto o soldado Luiz Gonzaga de Souza “que na metralhadora pesada se salientara como um bravo”⁶⁰, sendo esta a versão oficial.

O professor Homero Costa em, *A Insurreição Comunista de 1935 Natal – O primeiro Ato da Tragédia*, levanta algumas suspeitas quanto a veracidade da participação do suposto soldado Luiz Gonzaga nos acontecimentos de novembro de 1935. Entre os pontos analisados pelo autor está o acréscimo feito por João Medeiros Filho em seu livro de 1980 – *82 Horas de Subversão* – onde, na transcrição do relatório do delegado auxiliar, Enock Garcia, que ao se referir às vítimas do movimento, consta uma relação em que aparece o nome do soldado Luiz Gonzaga. No entanto, em seu outro livro *Meu Depoimento*, publicado em 1937, em que também consta a transcrição do mesmo relatório, não há referência alguma a um soldado da Polícia Militar por nome Luiz Gonzaga morto em combate⁶¹.

58 FILHO, João Medeiros. *82 Horas de Subversão*. p. 42.

59 Ibid., p. 84.

60 Ibid.

61 COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. p.92.

Outro documento importante analisado por Homero Costa na mesma obra ⁶² e que não faz referência ao soldado Luiz Gonzaga, e, por tratar-se de um relatório minucioso, caso tivesse ocorrido dificilmente deixaria de constar, é o relatório do coronel Artur Sílio Portela encarregado do inquérito policial militar, datado de 19 de março de 1936, que detalha os acontecimentos do “ movimento subversivo no Rio Grande do Norte”, inclusive a resistência do quartel da polícia militar. Também

não há nos autos dos processos referências a essa morte, entre as centenas de indiciados e presos, e tampouco no julgamento dos processos, o que não irá ocorrer em dois outros casos de assassinatos, onde além de constar os nomes dos envolvidos (e portanto julgados também sob essas acusações), estão anexadas aos autos do processo cópias das respectivas autópsias.⁶³

O jornalista Luiz Gonzaga Cortez em *A Revolta Comunista de 1935 em Natal* também se refere às adulterações sofridas no Relatório do Delegado da Ordem Social, sobre a Insurreição, datada de 18 de abril de 1936.

O relatório foi encaminhado ao Chefe de Polícia quase cinco meses depois da revolução comunista de 35 e não registra morte do tal soldado Luiz Gonzaga. O relatório...foi inserido “Meu Depoimento”, de autoria de João Medeiros Filho, publicado em 1937. O relatório está transcrito entre as páginas 107 e 112 de “Meu Depoimento”, editado dois anos depois da insurreição. E nenhuma fala no soldado Luiz Gonzaga. Por quê? ⁶⁴

Mas no livro “82 horas de subversão”..., de autoria de João Medeiros Filho, chefe de polícia do RN em 1935, o relatório do delegado de Ordem Social, Enoch Garcia foi novamente enxertado entre nas páginas 97 a 101. Mas o enxerto sofreu uma adulteração. É no trecho “As Vítimas” (página 111 de 1ª edição de “ Meu Depoimento”), na página 100 do livro “82 horas de subversão”. A adulteração enxertada no relatório está na segunda linha do intertítulo “As Vítimas”: “ Soldados Luiz Gonzaga, do Batalhão Policial”. Observem que a linha do citado trecho começa com “ Entre os mortos contam-se os seguintes: Octacilio Werneck Assassinado barbaramente à porta de sua residência a tiros de fuzil pelo comunista Epiphanio Guilhermino de Oliveira”..... Por quê a adulteração?” ⁶⁵

62 COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. p.93.

63 FURTADO, João Maria. Op. Cit., p. 93.

64 CORTEZ, Luiz Gonzaga. *A Revolta Comunista de 1935 em Natal*. p. 194.

65 Ibid., p. 84.

Com relação a este acréscimo do nome do soldado Luiz Gonzaga no livro 82 horas de subversão, como uma das vítimas do movimento de 1935 em Natal, e que não consta no livro *Meu Depoimento*, alteração a que se referem Homero Costa e Luiz Gonzaga Cortez, sua confirmação é feita pelo próprio autor das obras acima citadas, João Medeiros Filho, em carta de sua autoria publicada em 12 de outubro de 1985, no jornal *O Poti*, onde de afirma o seguinte: “Quanto a mim, posso esclarecer que realmente houve uma alteração de um livro para outro, de boa fé, visando a harmonizar os textos, valendo-me da autoridade funcional que tinha como Diretor do Departamento da Segurança Pública na época da rebelião.”⁶⁶

Outro a contestar o a existência do soldado Luiz Gonzaga é o Dr. João Maria Furtado, que ao se referir aos acontecimentos de novembro de 1935 em Natal, diz:

outro episódio a esclarecer: elementos que tomaram parte efetiva na revolta e com atuação destacada nela, sendo presos e posteriormente condenados, entre eles Sizenando Filgueira, Ramiro Magalhães e Carlos Wander Linder... além de outras pessoas.... sempre afirmaram que, realmente, morreu nas proximidades do quartel da polícia um pobre demente que vivia perambulando pelas ruas de Natal, mas nunca fora soldado da polícia militar. Entretanto o major Luís Júlio resolveu “alistar” depois de morto Luiz Gonzaga como soldado da Polícia que, assim, teve uma morte de herói.⁶⁷

Em entrevista no dia 25 de agosto de 1985 para o jornal *O Poti* Sizenando Filgueira diz a respeito de Luiz Gonzaga: “ele não era nem herói nem militar na época. Era apenas um débil mental”. E afirma ter sido ele quem o matou, “em legítima defesa”.

Em outro relato de Sizenando Filgueira, este a João Maria Furtado, relata o seguinte:

Sizenando Filgueira e Ramiro Magalhães, o primeiro ainda hoje vivo, me relataram que, após haver a Polícia Militar cessado fogo, eles, armados como estavam, desceram uma das ladeiras que conduzem ao quartel e, precavidamente, de longe, estavam observando se havia nele algum movimento, quando, num capinzal próximo dele, avistaram o paisano “Doidinho”, parece que, em sua insanidade, brincando com um fuzil e ao avistá-los na esquina ainda bem distante, fez menção de atirar sendo então alvejado de fuzil por Sizenando que, relata um pormenor: “Doidinho” ao ser atingido, deu um grande pulo para cima e caiu, estirado no capim e o fuzil que empunhava também caiu para um lado.”⁶⁸

66 CORTEZ, Luiz Gonzaga. *A Revolta Comunista de 1935 em Natal*. p. 296.

67 FURTADO, João Maria. *Vertentes*. p. 128.

68 FURTADO, João Maria. *Vertentes*. p. 128.

Outros fatos também chamam atenção pela total falta de referência aquele que teria sido o único militar a morrer na luta contra aqueles revoltosos que tentavam tomar o poder em Natal. Por exemplo:

Em visita realizada pelo governador Rafael Fernandes aos quartéis da Polícia e do 21 BC no dia 30 de novembro de 1935, portanto, logo após a derrota da insurreição, não é feita nenhuma referência ao soldado da Polícia Militar morto no combate contra os revoltosos;

No dia 15 de setembro de 1985, o jornal o Poti publica uma matéria com o título “Jornal Oficial não Registrou Herói”, assinada por Luiz Gonzaga Cortez, que reproduz a edição de A República de 29 de novembro 1935. Em nenhuma edição do jornal governamental aparece o nome do suposto soldado Luiz Gonzaga como uma das vítimas dos combates entre as forças legais e os insurretos, o detalhe é que, os relatos são oficiais e abundantemente adjetivados e facciosos;⁶⁹

Fato interessante é que no dia 5 de dezembro de 1935, o Coronel Otaviano Pinto Soares, Comandante do 21º, em longa entrevista ao Jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, transcrita no Jornal A República de Natal, detalha sua participação e não faz também qualquer referência à morte de soldado da Polícia Militar. O estranho é que o Coronel, nessa mesma entrevista, enaltece a bravura dos policiais potiguares, contudo, não lembra da morte de nenhum deles durante o tiroteio.

No entanto, em documento datado de 7 de janeiro de 1936 (anexo 1), o Governador do Estado envia ao Comandante da 7ª Região Militar o relatório do Comandante do Batalhão Policial Militar (anexos 2,3 e 4) datado de 23 de dezembro de 1935, em que diz: “após a retirada do quartel foi atingido e morto por certos tiros do inimigo o soldado Luiz Gonzaga, que na metralhadora pesada se salientara como um bravo”.⁷⁰

Igualmente interessante é o fato, de que, nos dias seguintes à insurreição o jornal oficial A República publica uma série de matérias bastante detalhadas com o sugestivo título de A Malgrada Rebelião Extremista, nelas, nada consta acerca da morte do soldado da Polícia Militar. “Era de se esperar que tal notícia fosse explorada ao limite.”⁷¹

69 CORTEZ, Luiz Gonzaga. *A Revolta Comunista de 1935 em Natal*. p.171.

70 COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. p.92.

71 *Ibid.*, p. 93.

3.3 A quem interessaria o surgimento de um herói anticomunista

Os maiores interessados no surgimento de um herói anticomunista são aqueles ligados as elites dominantes em nosso país, na época, cuja forma continha as características ostensivas de repressão ao avanço de setores progressistas e de realização das reformas transformadoras. Concentrando poderes, o Estado teria condições para operar em seu aparelho aquelas alterações prenunciadas desde a Revolução de 30 e entravadas depois, desde que tais alterações não chegassem a ferir profundamente os interesses dos países hegemônicos nem tocassem a estrutura do latifúndio e se realizassem principalmente à custa dos trabalhadores.⁷²

Reprimidos os movimentos de novembro de 1935, teve início uma intensa propaganda, destinada a colocar o movimento no nível do puro banditismo, objetivando instaurar o terror na sociedade, mas visando principalmente a opinião dos militares, já que muitos tomaram parte nos movimentos de 1935 contra o Governo.

O sentido do terrorismo, que tinha finalidades amplas naturalmente, estava em destruir os elementos militares que guardassem qualquer simpatia ou tendência para as forças populares, arregimentando solidamente as Forças Armadas no sentido se constituírem em barreira maciça, intransponível e ativa contra qualquer forma de manifestação popular, de cunho nacional ou de cunho democrático. Assim como a acusação de banditismo levantada contra os militares envolvidos no movimento de 1935 visava isolá-los de seus companheiros, pela mancha da ignomínia, ao mesmo tempo que apresentava o movimento de frente de libertação como financiado do exterior.

Assim, nada melhor que um exemplo vindo justamente de um militar morto por outros militares que se deixaram influenciar por ideais contrários a tradição de defesa da ordem por parte dos militares brasileiros. Nesse sentido é que o Governo cria o herói Luiz Gonzaga, justamente no bojo da maciça propaganda desencadeada depois do movimento de 1935, pois tudo era válido para exterminar os ideais comunistas, inclusive inventar militares que realizaram atos heróicos.⁷³

72 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. p. 270.

73 *Ibid.*, p.266.

Claro que o objetivo fundamental eram os militantes políticos, cuja resistência devia ser reduzida, esmagada, triturada. Para isso, nada como fazer dos militares autônomos, prontos à execução das piores medidas, prontos ao uso da violência, contra fantasmas que lhes eram apresentados como a própria execração.

Portanto, torna-se cada vez mais difícil sustentar a condição de heróico-mártir atribuída ao soldado Luiz Gonzaga, já que fica cada vez mais clara que seu surgimento está relacionado à campanha enorme anti-comunista implantada por Vargas, desde antes dos movimentos de 1935, mas que fora brutalmente intensificada após sufocados os movimentos de 1935.

Assim, nos alinhamos aos autores já mencionados por entendermos que as evidências da não participação do cidadão Luiz Gonzaga de Souza são mais fortes que aquelas apresentadas por João Medeiros Filho, por exemplo, que insiste em afirmar que existiu um soldado Luiz Gonzaga da Polícia Militar do Estado morto em combate aos revoltosos de 1935 em Natal.

Entendemos que o surgimento desse que tornou-se o herói-mártir da PM-RN, está inserido na campanha anticomunista desenvolvida pelo governo e no contexto do clima de insegurança, criado por Vargas, afim de obter o controle político total através das concessões feitas pelo Legislativo, diante do falso perigo representado pelos comunistas no Brasil. Portanto, o surgimento do soldado Luiz Gonzaga está relacionado com o ambiente social e político do país durante a década de 1930 e não com a participação heróica de um militar em defesa da ordem e da segurança. “Esse endeusamento de falsos mártires em movimentos revolucionários há acontecido pela história afora e neste Estado, em 1935, a par dele se acusaram inocentes e se praticaram, à sombra da repressão, injustiças e crimes.

” 74

O próprio nome dado aos movimentos de novembro de 1935 pela historiografia oficial é altamente tendencioso em razão do significado semântico da palavra *intentona*: “[Do esp. Intentota] S. f. I. Intento louco; plano insensato. 2. Conluio e/ou tentativa de motim ou revolta”.⁷⁵ Tal termo atribuído ao movimento está inserido no contexto de reforçar a intenção do governo de desmoralização e desqualificação perante a opinião pública.

74 SILVA, Hélio. *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p.82..

75 HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 p. 956.

3.4 Os rituais para manter o exemplo do soldado Luiz Gonzaga vivo

O fato é que Luiz Gonzaga de Souza foi alçado a condição de herói-mártir da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Para mostrar a forma como é tratada a figura do soldado-herói pela corporação vejamos um trecho extraído do Boletim Interno nº 120, de 27 de JUN de 1977.

De todo registro histórico do ex-soldado Luiz Gonzaga de Souza tem-se como mais importante a sua participação na Revolução Comunista de 1935, quando enfrentou heroicamente os insurretos que tentavam transformar Natal numa pequena Moscou instituindo um governo vermelho. A ação de resistência da Polícia Militar constituiu-se na maior epopéia de sua história, escrita com letras de sangue e de sacrifícios, ressaltando a audácia e o heroísmo dos seus componentes. Nesta luta vários companheiros foram feridos e arrebatados pela morte o saudoso e bravo soldado PM Luiz Gonzaga de Souza, que entrou para galeria da história como herói da Intentona Comunista de 1935 no Estado do Rio Grande do Norte.

Mas, para que se mantenha viva nas mentes das novas gerações de policias militares, bem como da sociedade civil, a lembrança dos acontecimentos de novembro de 1935 é realizada anualmente uma parada militar para lembrar daqueles que lutaram na Intentona Comunista. Nesse dia são chamados os nomes daqueles que saíram feridos no combate aos comunistas, como são chamados genericamente todos aqueles que tomaram parte no ataque ao quartel da Polícia Militar, bem como, o nome do pretense soldado Luiz Gonzaga, nesse caso, ao ser chamado o nome do herói-mártir todos os militares presentes respondem com a palavra “presente!”.

Outra forma de homenagem prestada foi a construção no Quartel do Comando Geral (QCG) da Polícia Militar de um mausoléu inaugurado em 27 de novembro de 1975, no governo do Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia, durante o comando do coronel Eider Nogueira Mendes, cujo órgão patrocinador foi a Universidade federal do Rio Grande do Norte. Os restos mortais do soldado foram trasladados em 27 de novembro de 1977, do Cemitério do Alecrim, onde achava sepultado desde sua morte, para o mausoléu no quartel da polícia militar, na ocasião foi organizado um cortejo constituído pelas Forças Armadas e Polícia Militar. Estavam presentes a inauguração do monumento erigido em homenagem ao soldado Luiz Gonzaga sua genitora, a senhora Maria da Conceição de Oliveira, bem como o Governador do Estado, Tarcísio Maia e as mais altas autoridades militares do Estado.

No entanto, uma das formas mais inteligentes para manter vivo o ideal representado pelo soldado Luiz Gonzaga foi a criação da Medalha do Mérito Policial Luiz Gonzaga,

sendo a maior comenda entregue pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, a medalha é concedida pelo Governo do Estado anualmente, no dia 27 de novembro, em solenidade especial, no quartel da Polícia Militar, competindo ao Comandante-Geral da Polícia Militar indicar ao Governador do estado as pessoas a serem agraciadas.

O importante é que todas essas homenagens têm um único objetivo, manter o sentimento de orgulho pelos heróicos atos que teriam realizado os milicianos do passado em resposta ao ataque comunista e manter entre os policiais do presente o ideal de defesa da ordem, não importando que essa ordem signifique a manutenção dos interesses de determinada camada da sociedade brasileira que, para isso é até mesmo capaz de inventar um herói que sirva de exemplo de luta contra o comunismo. Detalhe interessante é que, a criação de algumas dessas homenagens são realizadas em um dos períodos mais sombrios da história brasileira, a ditadura militar, que também lutava contra “os perigosos ideais vindos de Moscou”.

A criação desse mito teria sido feita nos anos subseqüentes a 1935, e estaria inserida no contexto da avassaladora propaganda anticomunista implementada pelo governo Vargas. Objetivaria, portanto, a criação na sociedade brasileira de um mito heróico que teria lutado até a morte contra comunistas que teriam chegado ao poder em Natal através da força das armas, portanto sem o apoio do povo da Capital, a quem o soldado teria defendido até sua morte.

Evidente que a criação de tal mito estaria de acordo com os interesses de determinados grupos conservadores (o latifúndio e os Industriais) a quem não interessaria o crescimento, e mesmo, a chegada ao poder no Brasil de pessoas com ideais comunistas. Passada a euforia da Revolução de 30, em 1935 teria chegado a hora de eliminar definitivamente aqueles incômodos “companheiros comunistas” que também haviam colaborado na derrubada de Washington Luís.

CONCLUSÃO

A pesquisa foi importante para demonstrar que, ao contrário do que defende toda literatura oficial que considera que os movimentos de novembro de 1935 foram diretamente telecomandados de Moscou, os fatores internos tiveram papel de preponderância no desencadeamento dos movimentos.

As transformações ocorridas no país já nos anos 1920 fizeram surgir uma idéia de se repensar o país. Os grupos que defendiam essa idéia estavam desvinculados da economia agrário-exportadora e passaram a ter cada vez mais expressão social, dentre eles estavam os jovens militares. Para esse grupo a industrialização era o objetivo a ser alcançado, juntamente com ela a superação do atraso do país, acontece que para isso os privilégios das elites dominantes não poderiam ser afetados, e eram justamente esses privilégios que levavam o país a tal situação.

Por outro lado, a luta entre comunistas e fascistas no plano internacional tornava a situação no Brasil ainda mais complicada, uma vez que os grupos que se opunham à República Velha estavam preocupados com a ameaça do comunismo, evidenciando o cuidado em evitar que as classes subalternas chegassem ao poder. A solução foi a Revolução de 30, uma solução parcial e contraditória, assim, as transformações posteriores ao movimento foram lentas, parciais e incompletas, porque sempre encaminhadas pelo grupo dominante. Com isso, é que, ao chegar 1935 havia sido criada no país uma situação em que os setores democráticos haviam sido tolhidos em suas esperanças de realizarem mudanças mais amplas no Brasil, e, encabeçados pelo Partido Comunista, não restando outro caminho diante da radicalização do governo de tendências nazi-fascistas, partiram para luta armada.

Quanto aos fatores que contribuíram para o desencadeamento do movimento em Natal estamos de acordo com Homero Costa quando diz:

...cremos que a rebelião de Natal, em que pese a articulação do Partido Comunista para levantes militares em nível nacional, teve muito mais a ver com a situação local. Fundamentalmente as razões para a eclosão e a vitória, mesmo que fugaz, da insurreição devem ser buscadas na conjunção de alguns fatores, tais como a situação política do estado naquele momento, com o agravamento nas contradições no interior do bloco do poder (que se expressou, no plano político, na atmosfera anormalmente tensa as vésperas da insurreição...)...e finalmente a situação específica do 21º Batalhão de Caçadores: Embora inserido no quadro mais geral das

insatisfações nos quartéis do Exército, tinha como particularidades péssimas condições físicas e materiais...⁷⁶

Quanto a participação do soldado Luiz Gonzaga a literatura registra posições diferentes. Entre os que defendem a participação do soldado Luiz Gonzaga no ataque realizado ao quartel da Polícia Militar pelos revoltosos em 23 de novembro de 1935 está João Medeiros Filho, que em sua obra *82 Horas de Subversão*, bastante citada neste trabalho, e que foi contemporâneo do movimento, tendo sido inclusive preso no quartel do 21º pelos revoltosos, destaca a participação do militar da Polícia estadual.

No entanto, existem outros autores que têm uma posição totalmente contrária a de João Medeiros Filho, para eles não existiu nenhum soldado da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte morto em decorrências dos acontecimentos de 23 de novembro de 1935 em Natal. Homero Costa em *A Insurreição Comunista de 1935*, Luiz Gonzaga Cortez em *A Revolta Comunista de 1935 em Natal* e João Maria Furtado em *Vertentes*, todas essas obras já mencionadas nesta monografia, são alguns daqueles que defendem que nunca existiu esse soldado. É com a visão desses autores que estamos de acordo, por entendermos que as evidências constantes em suas obras foram levantadas com mais isenção e clareza, bem como, o fato de João Medeiros Filho ser um dos defensores ferrenhos do anti-comunismo, o que reforça o caráter tendencioso e não isento de sua obra.

A realidade é que o soldado foi transformado em herói-mártir da corporação e é tido como exemplo de bravura e comportamento para todos os milicianos potiguares, sua imagem passou a ser explorada desde os anos subseqüentes a 1935 pelos propagandistas do anti-comunismo que souberam explorar ao extremo esse fato. Nos anos de ditadura de 1964 a 1985 a figura do soldado herói, que para história oficial morreria lutando contra os comunistas, foi mais uma vez explorada, sendo nesse período que surgiram algumas das formas mais importantes de se manter viva a sua imagem, a criação da Medalha do Mérito Policial soldado Luiz Gonzaga e a construção no quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte de um mausoléu para onde foi trasladado os restos mortais do soldado são exemplos dessas medidas tomadas manter vivo o exemplo tão aplaudido pelas elites brasileiras, que alimentam a esperança de que em cada nova geração de policias

⁷⁶ COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. p.137.

militares surjam novos “soldados heróis” dispostos a morrerem em nome dos interesses dessas elites.

Fontes

O POTE, Natal, 22 out. 1975.

A REPÚBLICA, Natal, 04 de dez. 1935.

POLÍCIA MILITAR: Arquivo do departamento de pessoal, Natal, 1975 - 1977.

Bibliografia

BASTOS, Nelson. História silenciosa da República (1930-1964). 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

CAFFÉ FILHO, Ruy. Os estudantes no Catete: memórias políticas e sociais humanas. Rio de Janeiro: JBC, 1966. 2v.

CARONE, Edgard. A Revolução Nova (1930-1937). 3. ed. São Paulo: Difel, 1982.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. A Revolta Comunista de 1935 em Natal: relato da insurreição que gerou o primeiro conflito armado no Brasil.

COSTA, Manoel de Oliveira. A Insurreição Comunista de 1935: Natal - o primeiro ato da revolução. São Paulo: 75 - 76. Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1995.

FRUTADU, José Maria. Fronteiras (memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1976.

HOBBSBAWM, Erik J. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Tradução de Celso Cury. Campinas, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956, p. 956.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

O POTI, Natal, 12 out. 1975

A REPÚBLICA, Natal, 04 de dez. 1935

POLÍCIA MILITAR, Arquivo do departamento de pessoal, Natal, 1975 – 1977.

Bibliografia

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República (1930-1960)**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985. v.3.

CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 2v.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 3. ed., São Paulo: Difel, 1982.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. **A Revolta Comunista de 1935 em Natal: relatos da Insurreição que gerou o primeiro sovieter nas Américas**.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ed. Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1995.

FURTADO, João Maria. **Vertentes (memórias)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia, 1976.

HOBSBAWM, Erick J, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 p. 956.

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934**. Brasília: Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão**. (intentona comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Brasília: Senado Federal, 1980.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. **A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de 1935**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1966.

PEREIRA, Astrogildo. **Construindo o PCB (1924-1924)**. São Paulo: L.E. Ciências Humanas, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Hélio. **A Revolta Vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p.82..

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)**. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.p. 21.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A historia militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1989-1930)**. Natal: UFRN/CCHLA, 1989.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar (1930-35)**. Natal EDUFRN.1996.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Os revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WANDERLEY, Rômulo. **História do Batalhão de Segurança** (A Polícia Militar do Rio Grande do Norte de 1934 a 1968). Natal: Walter Pereira, 1969.

ANEXOS

"A Sargento" de 5-12-1935

Natal, 1 (Decreto enviado especial) - O Coronel Gaspar Pinto Soares, Comandante do 21º Batalhão de Caçadores, descreveu para o "Comando de Estado", a levante de sua unidade da seguinte forma:

Encontrei-me, há quinze dias no combate. Havendo recebido do General Manoel Rabelo informações sobre a disciplina da tropa, após alegando justificativas para todos os efeitos, os chefes foram unânimes em assegurar que a tropa merecia absoluta confiança. Na madrugada da noite de 23, em minha residência, foi surpreendida com o tiroteio em várias partes da cidade. Com o quartel, onde fui recebido com vivo fogo de metralhadoras, tentei procurar o quartel da Polícia, embora já cercado pelos rebeldes. A tentativa não conseguiu penetrar nesse quartel, sendo recebido pelo Comandante Major João... formado de cinquenta homens e cerca de três tiros, aderência heroica...

Sobrevivendo a vários horas de fogo, devido à escassa munição com que contávamos, os soldados usavam e atiravam metralhadoras pesadas e botijas de gás...

ANEXOS

Quando os rebeldes perceberam que os rebeldes estavam claramente sem comando, partindo a noite seguinte. Resolvei assim esperar o momento azado para abandonar o quartel, quando estava em um local, ponto da cidade que facilita qualquer ataque.

Reparar nisso deu lugar a vários rebeldes a ação dos cinquenta homens da polícia potiguar. Foram feitos prisioneiros e determinados um só instante. A retirada foi feita pelos fundos do quartel, com alguma dificuldade, pois tivemos que descer, vivandaria de todas as partes da cidade. Quando procurávamos, sem munição, atingir a Escola de Aprendizes de Artífices, fomos cercados por cerca de trezentos extremistas a fogo de metralhadoras. Não nos deu a mínima preocupação para não ver sacrificados os heróicos soldados potiguares, os rebeldes deixaram seguir, efetuando o aprisionamento em condições. Fomos então levados para o 21º Batalhão de Caçadores, que encontramos em plena desordem. Os soldados e oficiais rebeldes diziam ter sido humilhados e tratados com desprezo por se quererem manter a cidade. Procurei debalde chama-los a ordem, quando fui levado ao 21º Batalhão em Pernambuco, como de marcha de colunas de guerra, de Pernambuco para Natal, de libertar-me marchar para o sul.

Uma vez mais, além de todos os outros, não tenho palavras capazes para louvar com justiça a bravura de alguns dos nossos soldados: um punhado de soldados que honram a nossa pátria. Jamais se viu rebeldes mais heróis que lutaram ao meu lado e do Major João... sem abandonar, até ao fim, terrível de dezesseis horas, sem demonstrar um só instante de covardia. Destaco aqui o soldado Felício da Cunha, que no Nordeste do Brasil...

("A República" de 5-12-1935)

Natal, 1 (Do nosso enviado especial) - O Coronel Otaviano Pinto Soares, Comandante do 21º Batalhão de Caçadores, descreveu para o "Correio de Manhã", o levante de sua unidade da seguinte forma:

Encontrava-me há apenas dezenove dias no comando. Havia recebido do General Manoel Rabelo informes sobre a disciplina da tropa. Aqui chegando cientifiquei-me disso com todos os oficiais, os quais foram unânimes em assegurar que a tropa merecia absoluta confiança. Às sete e meia da noite de 23, em minha residência, fui surpreendido com o tiroteio em todos os pontos da cidade. Corri ao quartel, onde fui recebido com vivo fogo de metralhadoras. Resolvi então procurar o quartel da Polícia, embora já cercado pelos rebeldes. A muito custo consegui penetrar nesse quartel, sendo recebido pelo Comandante Major Luís Júlio, que, dispondo de cinquenta homens e cerca de cem tiros, oferecia heroicamente resistência aos atacantes.

Sustentamos então dezenove horas de fogo, poupando a escassa munição com que contávamos. Os atacantes usaram e abusaram das metralhadoras pesadas e bombas de dinamite, além de granadas de mão.

Diante da desordem, verifiquei que os rebeldes estavam claramente sem comando, gastando a esmo a munição. Resolvi assim esperar o momento azado para abandonar o quartel, que está situado em um socavão, ponto da cidade que facilita qualquer ataque.

Reputo digna dos maiores louvores a ação dos cinquenta homens da polícia potiguar. Foram sem favor heróicos; não desanimaram um só instante. A retirada foi efetuada pelos fundos do quartel, com extrema dificuldade, pois tivemos que descer, valendo-nos de cordas, uma barranca a pique. Quando procurávamos, sem munição, atingir a Escola de Aprendizes de Marinheiros, fomos cercados por cerca de trezentos extremistas a fogo de metralhadoras. Tive que usar a máxima energia para não ver sacrificados os heróicos soldados potiguares. Os rebeldes fizeram trégua, efetuando o aprisionamento sem condições. Fomos então levados para o 21º Batalhão de Caçadores, que encontrei em franca desordem. Os sargentos e demais rebeldes diziam ter sido ludibriados pelos comunistas, que só visavam saquear a cidade. Procurei debalde chamá-los à ordem. Sabedores do fracasso do movimento em Pernambuco, como da marcha de colunas do governo, da Paraíba e do Ceará, sobre Natal, deliberaram marchar para o sul.

Como velho soldado, afeitos a lutas renhidas, não tenho palavras capazes, para louvar com justiça o heroísmo da polícia rio-grandense-do-norte: um punhado de soldados que honram a terra potiguar. Jamais poderei esquecer esses heróis que lutaram ao meu lado e do Major Luís Júlio, sem alimentação, sob um fogo terrível de dezenove horas, sem demonstrar um só instante o menor desânimo. Bem dizia Euclides da Cunha, que no Nordeste do Brasil está a rocha viva da nacionalidade."

Carta de João Medeiros Filho publicada no Jornal O Poti de 12 de outubro de 1985.

A Lei nº 5.250, de 1967, em vigor, sobre a livre manifestação de pensamento ou da informação, estabelece que não constitui abuso no exercício do direito a opinião desfavorável da imprensa a pessoas ou instituições, salvo quando, a pretexto de fazer história ou pesquisa histórica, procura o jornalista ou escritor denegrir a memória de alguém, como está fazendo o repórter Luiz Gonzaga Cortez na série de reportagens sobre o “Comunismo e as lutas políticas no RN na década de 30”.

Na reportagem do dia 06.10.85, o aludido repórter, prosseguindo nas críticas contundentes ao autor dos livros “Meu Depoimento” e “82 Horas de Subversão”, em que é distinguido o soldado Luiz Gonzaga de Souza como símbolo da resistência do então Batalhão Policial aos comunistas ou assemelhados que se amotinaram em 1935 contra a ordem legal, escreve, transcrevendo trechos do depoimento de um aposentado Sizenando Filgueira a ele prestado ou ao escritor João Maria Furtado, ele que havia sido *adulterado*, no livro mais recente, editado em 1980, o relatório do Delegado da Ordem Social, Dr. Enoch Garcia, com acréscimo, na página 100, entre as vítimas do levante, *do nome do mencionado soldado Luiz Gonzaga de Souza*, o qual não tinha sido mencionado no livro anterior, editado em 1937. E interroga: “*Por que a falsificação?*” Encabeçando a reportagem, em *Caixa Alta*, estampou: “*Adulteraram relatório de insurreição*”.

Como se vê, além de denegrir a figura do soldado considerado herói pela Polícia Militar, fazendo suas declarações do comunista Sizenando Filgueira, que teria afirmado ser falso herói *um débil mental, que ele, Sizenando assassinara nas margens do rio potengi*, atribui ao autor destas linhas a prática de crime de falsificação, o que se depreende das meias palavras usadas nessa reportagem.

Como diz, em os penalistas, a ofensa aos mortos não se confunde com o insulto aos vivos. Por uma ficção jurídica, as qualidades morais do morto se cristalizam na sua *memória*. Esta deve merecer o respeito de todos os cidadãos, porém o insulto que a atingir indiretamente alcança a família e a corporação militar a que pertenceu.

Quanto a mim, posso esclarecer *que realmente houve uma alteração de um livro para o outro, de boa fé*, visando a harmonizar os textos, valendo-me da autoridade funcional que tinha como Diretor do Departamento de Segurança Pública na época da rebelião. Incluindo, como fiz, entre as vítimas do levante, o soldado Luiz Gonzaga, não cometi falsificação, porque não prejudiquei direitos de terceiros nem objectivei alterar a realidade sobre fato juridicamente relevante (1). Apenas tornei mais fiel a essa realidade a narrativa dos acontecimentos, convicto de que o ilustre ex-auxiliar e hoje advogado emérito concordaria com a minha resolução tendente ao reconhecimento de uma verdade incontestável *não considerada então pela imprensa na feitura do mencionado relatório*. Só mesmos os censores impenitentes poderiam enxergar na sua miopia o *dolus malus*.

Faço aqui uma referência especial ao depoimento do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Secretário Geral do Estado de 1935 a 1943, cuja palavra é uma profissão de fé:

“No quartel da Polícia Militar foi morto o soldado Luiz Gonzaga de Souza, que havia sido incluído no seu efetivo há poucos dias (31.10.1935)”.

“As vítimas do movimento insurrecional de novembro de 1935, no Rio Grande do Norte, foram reverenciadas em um monumento erigido no Cemitério do Alecrim pelo Governo Estadual, onde ficaram os despojos do soldado Luiz Gonzaga de Souza e em que se inscreveu a legenda de Getúlio Vargas: “Para a Vitória de uma prática, nem sempre é preciso matar, basta às vezes morrer”. Em 1975, no 40º aniversário do levante, esses despojos foram transferidos, em romaria pública, para a atual sede da Polícia Militar, onde repousam em mausoléu monumental, como exemplo máximo do cumprimento do dever, dado por um simples recruta” (“82 Horas de Subversão”, págs. 64 e 67). Tenho o original, com firma reconhecida pelo tabelião do 4º Ofício de Notas desta Comarca.

Por último, não resisto ao desejo de referir-me a outro depoimento insuspeito, do médico e escritor José Anchieta Ferreira, no qual expõe: “Pelos depoimentos que gravei de antigos coronéis de polícia, Luiz Gonzaga era recruta durante a revolução de 35. Conversei com Coronel Júlio Pinheiro, com o coronel Bento Medeiros, com o coronel Celso Pinheiro, com o coronel Raul Gadelha e muitos outros que participaram da luta contra os comunistas, e todos foram unânimes em reconhecer e afirmar *que o soldado Luiz Gonzaga participou*

da resistência. Ouvi cada um individualmente e nas narrativas há sempre fatos coincidentes, impossíveis de serem forjados. Luiz Gonzaga realmente fazia parte da Polícia, embora fosse um recruta”.

Estes os esclarecimentos necessários à compreensão do povo quanto ao papel da Polícia Militar do Estado na intentona Comunista de 1935, cujas tradições alguns procuram enlamear, envolvendo-me num torvelinho de interesses nem sempre nobre e justos.

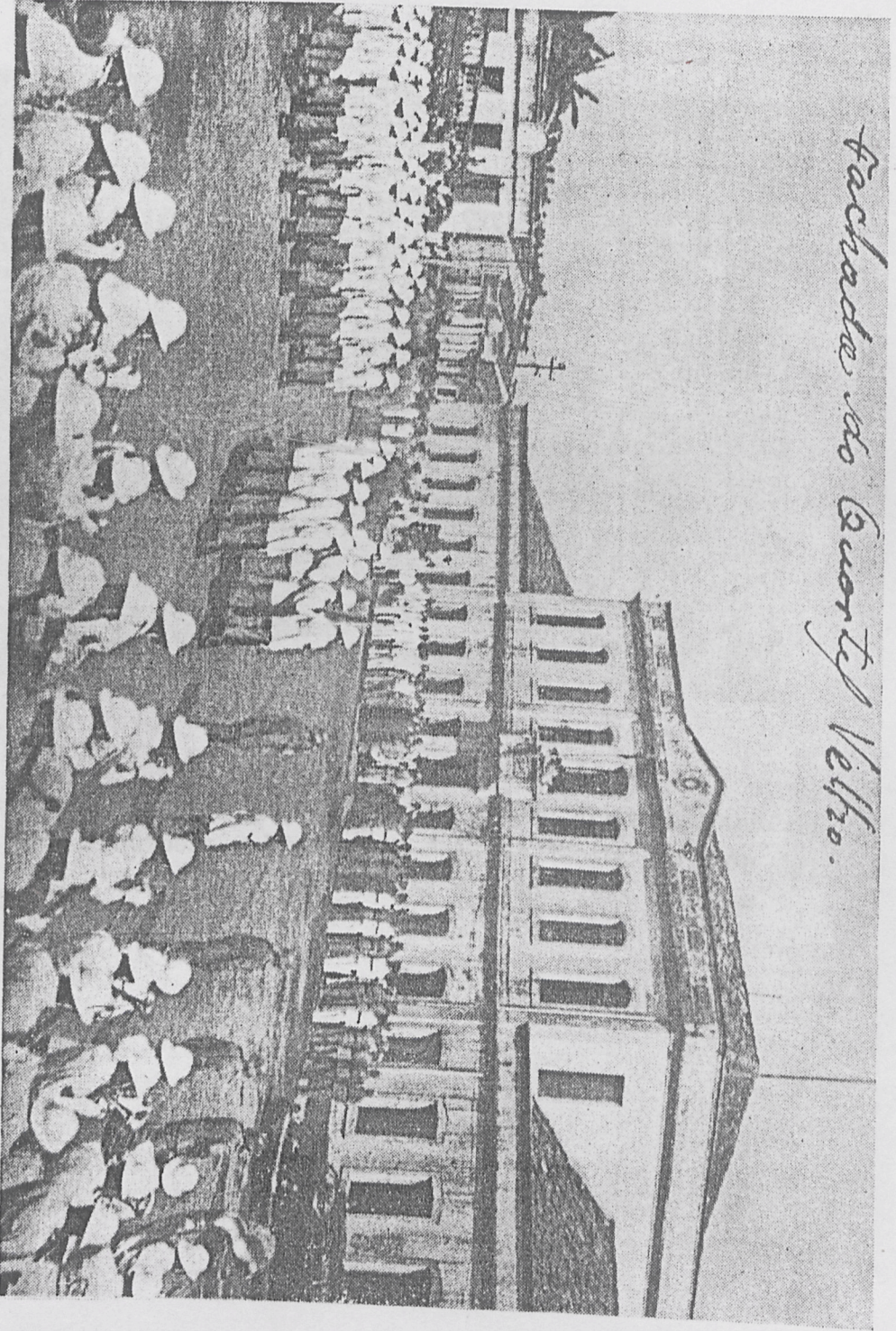
Natal, 07 de outubro de 1935.

João Medeiros Filho

Termo de Transladação dos restos mortais do Soldado Luiz Gonzaga de Souza

Termo de Transladação dos restos mortais do Soldado Luiz Gonzaga de Souza, da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Aos vinte e sete (27) dias do mês de novembro do ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e setenta e cinco (1975), nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, no Cemitério do Alecrim, pelas 16 (dezesesseis) horas com a presença do Tenente-Coronel PM João Bosco Josino, dos senhores GERALDO RABELO LEÃO, Chefe do Serviço de Administração Municipal do Natal, FRANCISCO HUMBELINO DE MOURA, Administrador do Cemitério do Alecrim e mais os serventes João Soares, João Batista de Souza e Eufrásio Trajano da Silva, foi apreciada a abertura do mausoléu situado à Rua Santo Antônio, esquina com a Rua São Luiz, pertencente ao Soldado LUIZ GONZAGA DE SOUZA, da Polícia Militar, brasileiro, filho de Manoel Gonzaga de Souza e de Maria Conceição de Oliveira, nascido no dia vinte e quatro (24) de março de mil novecentos e dezessete (1917), em o Sítio Veneza, Município de Ipanguassu, deste Estado, praça de 31 (trinta e um) de outubro de 1935 (mil novecentos e trinta e cinco), morto no cumprimento do dever, em 24 (vinte quatro) de novembro do mesmo ano, por ocasião da Resistência oferecida pelo Quartel da Polícia Militar, à Intentona Comunista, do mesmo ano. Constatadas pelas pessoas já referidas, a existência dos restos mortais do soldado Luiz Gonzaga de Souza, foram os mesmos retirados do local onde se encontravam e colocados em uma Urna Especial e conduzido, em cortejo constituído pelas Forças Armadas e pela Polícia Militar, ao monumento erigido em sua memória no Quartel da Polícia Militar à rua Rodrigues Alves, nesta capital, onde, hoje em diante, repousará no tempo, aquele que ofereceu sua vida em defesa de sua pátria. A este ato, esteve presente a senhora Maria da Conceição de Oliveira, genitora do herói Luiz Gonzaga de Souza. Do que para constar, foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas pessoas mencionadas e depois pelas autoridades presentes a este ato. Eu, Aníbal Délio de Souza, Secretário da Liga de Defesa Nacional, seção Rio Grande do Norte, o escrevi. aa) Aníbal Délio de Souza, Francisco Humbelino de Moura, Pedro Germano Costa TC PM Médico, Edmilson Fernandes Holanda, TC PM, João Bosco Josino, 1º Ten PM, TARCÍSIO MAIA, Governador do RN, Gen Walter Pinto de Moraes, Brigadeiro José Luiz da Fonseca Pevio, CMG José Carlos Quaresma, Eider Nogueira Mendes, Cel QEMA Cmt Geral da PMRN.

Fachada do Quarteil Velho.



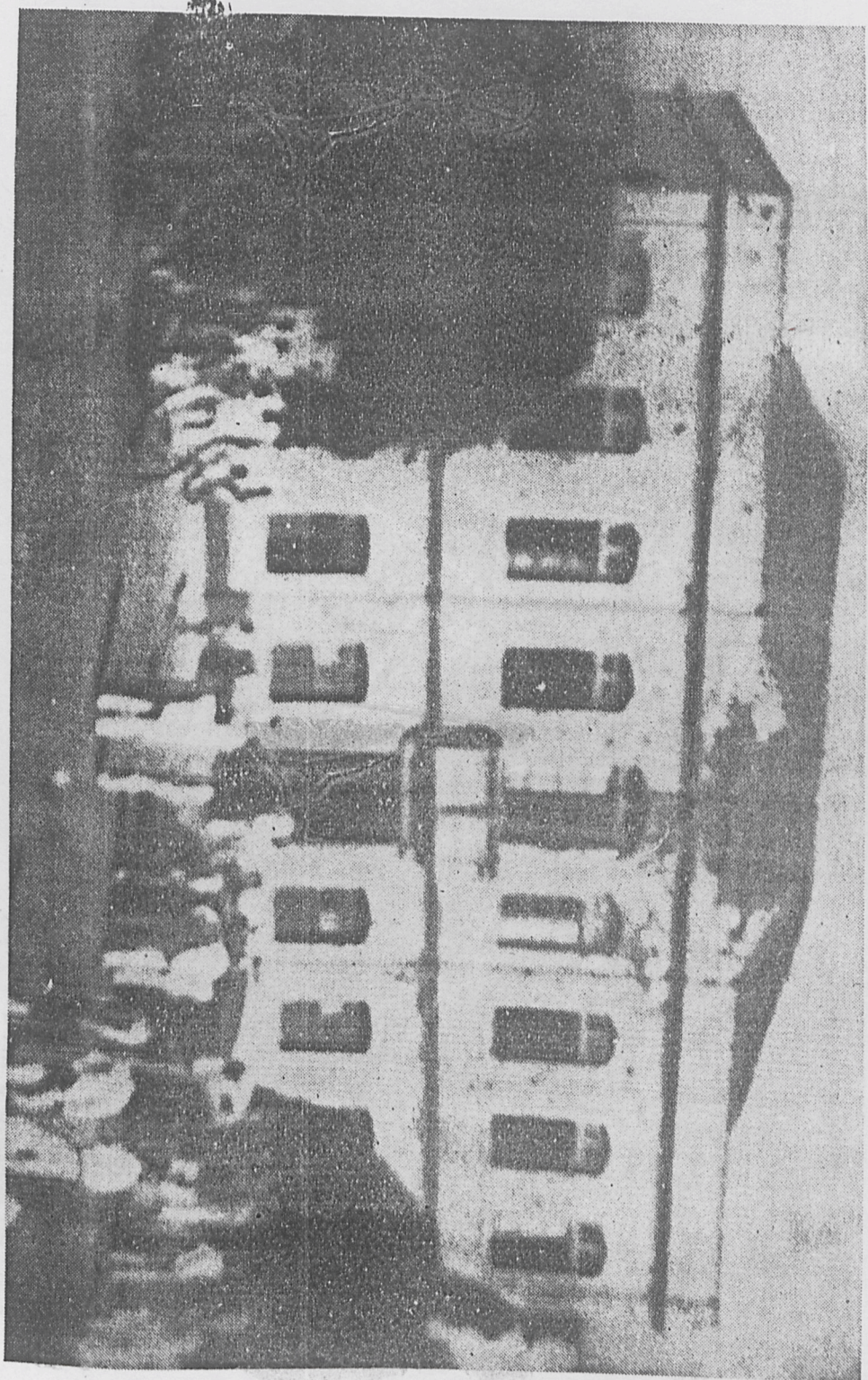


Os refugiados do Consulado do Chile, Drs. Gentil Ferreira, Paulo de Viveiros, Edgar Barbosa e Monsenhor João da Matta, ao lado dos Srs. Carlos Lamas, Amador Lamas e respectivas famílias.

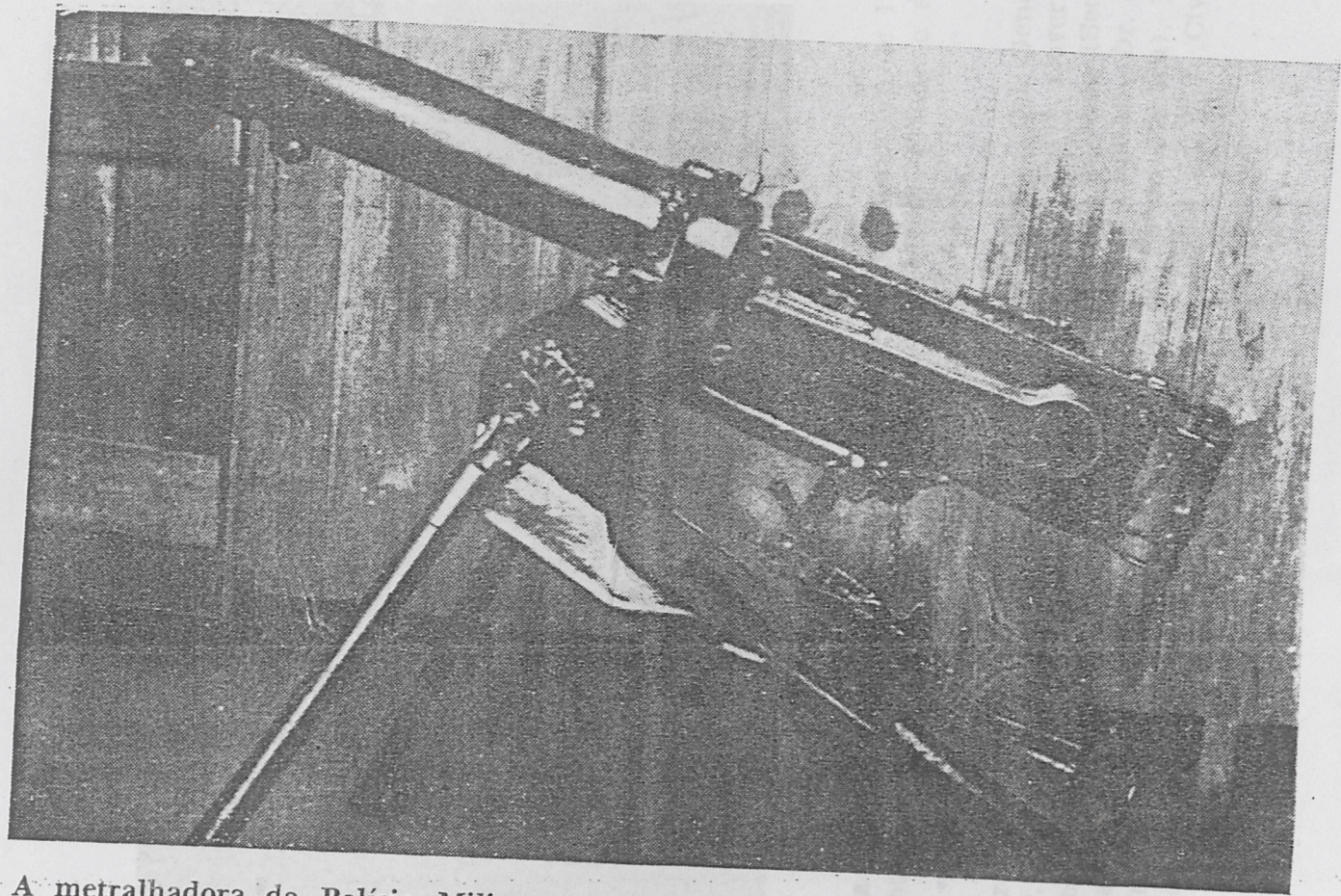
Fachada do quartel
de polícia militar
depois do ataque
das tropas rebeldes.



Fachada do quartel
da polícia militar
depois do ataque
das tropas rebeldes.



O quartel da Rua Presidente Passos, logo depois do tiroteio de 1935.



A metralhadora da Polícia Militar que foi o ponto alto na defesa do quartel em novembro de 25. É da marca *Maxim*, de fabricação alemã, 1910. Tem o apelido de *vovó*.